

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CAIO AUGUSTO LIMA DE CASTRO

ESTUDO MORFOSSINTÁTICO DAS NOMINALIZAÇÕES EM –ÇÃO E DA LEITURA  
AGENTIVA DE SEU(S) ARGUMENTO(S)

CURITIBA

2013

CAIO AUGUSTO LIMA DE CASTRO

ESTUDO MORFOSSINTÁTICO DAS NOMINALIZAÇÕES EM –ÇÃO E DA LEITURA  
AGENTIVA DE SEU(S) ARGUMENTO(S)

Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do título de Mestre em  
Linguística, no Curso de Pós-Graduação em  
Letras da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Foltran

CURITIBA

2013

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanóelia Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Castro, Caio Augusto Lima de  
Estudo morfossintático das nominalizações em –Ção e da leitura  
agentiva de seu(s) argumento(s) / Caio Augusto Lima de Castro . –  
Curitiba, 2013.  
99 f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria José Foltran  
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Setor de Ciências Humanas,  
Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Gramática comparada e geral - Formação da palavra.  
2. Língua portuguesa – Morfologia. 3. Língua portuguesa – Sintaxe.  
I. Título.

CDD 469.5




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ata quingentésima octogésima sexta, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu o mestrando **CAIO AUGUSTO LIMA DE CASTRO**. No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze, às quatorze horas, na sala 1005-B, 10.º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelas seguintes Professoras Doutoras: **MARIA JOSÉ FOLTRAN**, Presidente, **ANA PAULA SCHER** e **SOLANGE MENDES OLIVEIRA**, designadas pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada: “ESTUDO MORFOSSINTÁTICO DAS NOMINALIZAÇÕES EM -ÇÃO E DA LEITURA AGENTIVA DE SEU(S) ARGUMENTO(S) ” apresentada por **CAIO AUGUSTO LIMA DE CASTRO**. A sessão teve início com a apresentação oral do mestrando sobre o estudo desenvolvido. Logo após, a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada uma das Examinadoras para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora **MARIA JOSÉ FOLTRAN** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**, devendo encaminhar à Coordenação em até 60 dias a versão final da dissertação. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze. xxxxxxxxxxxx

  
Dr.<sup>a</sup> Maria José Foltran

  
Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Scher

  
Dr.<sup>a</sup> Solange Mendes Oliveira

  
Caio Augusto Lima de Castro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

## PARECER

Defesa de dissertação do mestrando CAIO AUGUSTO LIMA DE CASTRO para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

As abaixo-assinadas MARIA JOSÉ FOLTRAN, ANA PAULA SCHER e SOLANGE MENDES DE OLIVEIRA arguiram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

“ESTUDO MORFOSSINTÁTICO DAS NOMINALIZAÇÕES EM -ÇÃO E DA LEITURA AGENTIVA DE SEU(S) ARGUMENTO(S)”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
MARIA JOSÉ FOLTRAN		Aprovado
ANA PAULA SCHER		Aprovado
SOLANGE MENDES OLIVEIRA		Aprovado

Curitiba, 28 de fevereiro de 2013

Prof.ª Dr.ª Teresa Cristina Wachowicz  
Vice-Coordenadora

*A meus pais: Antonio Carlos e  
Maria Luíza.*

## AGRADECIMENTOS

Certamente, conseguir chegar a este momento não se deve somente a mim, mas também a algumas pessoas que ao longo desse período de formação se fizeram presentes e se uniram para que “as coisas dessem certo”. E é por conta disso que agradeço...

... a meus familiares que, mesmo não conseguindo entender muito bem minhas ausências em São Paulo, com respeito as acolheram, vibrando a cada passo conquistado;

... ao Marcos Carrera (UEPG) e à Adriana Cabral (UTFPR) que primeiro me incentivaram a fazer o curso de mestrado;

... à Maria José Foltran pela orientação, paciência e compreensão;

... aos professores do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR e de forma muito especial à Maria Cristina e ao Max, por tudo o que ensinaram e à professora Solange Mendes Oliveira (PUC-PR e UTP) pela preciosa ajuda;

... à querida Ana Paula Scher (USP) a quem sinceramente me faltam palavras para agradecer;

... ao secretário Odair pela atenção e respeito inestimáveis para com todos os alunos da pós-graduação;

... à CAPES/REUNI pelo financiamento dessa pesquisa;

... ao Gabriel Tomich por me mostrar que a interação professor/aluno é mesmo uma via de mão dupla em que ora ensinamos, ora aprendemos;

... aos amigos Ana Tezza, Cindy Gavioli, Daniel Gonçalves, Joyce Muzi e Karina Cunha que me incentivaram a continuar quando já havia decidido desistir e, sem os quais, não teria concluído a *“dissertação”*;

... a Deus, sabedoria suprema.

A todos vocês: Muito Obrigado!

Não gosto das pessoas que se gabam de trabalhar penosamente. Se o seu trabalho fosse assim tão penoso mais valia que fizessem outra coisa. A satisfação que nosso trabalho nos proporciona é sinal de que soubemos escolhê-lo.

Clarice Lispector



## RESUMO

Esta dissertação visa discutir e analisar em primeiro lugar certas formações do português brasileiro, tais como: *a apresentação do Pedro*, *a aprovação do Pedro*, das quais é possível se extraírem tanto uma leitura mais agentiva do sintagma preposicionado [do Pedro], quanto uma leitura de objeto afetado ou tema, ao contrário do que foi apontado por Scher (2004). A discussão se estende também para construções como: *a destruição do muro do Pedro*, *a desarrumação da cozinha do bebê*, defendendo a ideia de que, apesar da coocorrência dos dois argumentos introduzidos pela preposição 'de', um deles pode receber leitura agentiva, distanciando-se dos dados do grego analisados por Alexiadou (2001). Tendo como objetivo específico descobrir quais mecanismos da língua subjazem ao fenômeno observado, adota-se como arcabouço teórico a proposta inaugurada por Halle e Marantz (1993) e Marantz (1997), denominada Morfologia Distribuída, teoria de cunho não lexicalista que entende que as mesmas operações sintáticas realizadas na derivação de sentenças, atuam na formação de palavras. De maneira particular, o estudo desenvolvido por Oliveira (2009), acerca do processo de derivação prefixal e sufixal do português brasileiro, é aqui considerado. Em linhas gerais propõe-se que a apreensão da leitura agentiva do único argumento realizado na nominalização, ou de um deles no caso de os dois argumentos serem realizados, deve-se à presença de um núcleo funcional 'Voz' a disponibilizar uma posição sintática, permitindo o licenciamento do argumento agente, por conseguinte a leitura agentiva. Quando 'Voz' não está presente na estrutura da nominalização, a leitura do argumento será a de objeto afetado ou tema.

Palavras-chave: Nominalizações. Realização argumental. Morfossintaxe. Morfologia Distribuída.

## ABSTRACT

The present dissertation aims to discuss and analyse particular word structures from the Brazilian Portuguese, such as: *a apresentação do Pedro*, *a aprovação do Pedro*, which can provide either a more agentive reading of the prepositional phrase, or an object or theme-oriented reading, contrary to what was pointed by Sher (2004). The discussion can also be extended to structures such as: *a destruição do muro do Pedro*, *a desarrumação da cozinha do bebê*, defending the idea that in spite of the co-occurrence of the two “arguments” introduced by the preposition “de”, one of them can be read as “agentive”, drifting apart from the analysis of the Greek, made by Alexiadou (2001). Intending specifically to discover which mechanisms underlie that phenomenon, the theoretical framework adopted is the study by Halle e Marantz (1993) and Marantz (1997), known as “Distributed Morphology”. This theory, with a non-lexicalist approach, interprets that the syntactic operations performed in the derivation of sentences, act in word formation. In particular, the study by Oliveira (2009), concerning the process of suffix and prefix derivation in the Brazilian Portuguese, is considered in this dissertation. In general, it is proposed that the understanding of agentive interpretation of the only argument held in nominalization, or one of them if both arguments are made, is due to the presence of a functional core 'Voice' providing a syntactic position, allowing the licensing of the agent argument, and therefore the “agentive interpretation”. When 'Voice' is not present in the structure of nominalization, the interpretation of the argument will be oriented to the affected object or theme.

Keywords: Nominalizations. Argument Realization. Morpho-syntax. Distributed Morphology.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2</b>	<b>NOMINALIZAÇÕES EM –ÇÃO E REALIZAÇÃO ARGUMENTAL</b> .....	17
2.1	FORMAÇÕES COM UM SINTAGMA GENITIVO NA ESTRUTURA DO NOMINAL .....	17
2.2	FORMAÇÕES COM DOIS SINTAGMAS GENITIVOS NA ESTRUTURA DO NOMINAL .....	22
2.3	A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA.....	26
2.3.1	O entendimento das nominalizações a partir de Marantz (1997).....	29
2.4	FINALIZANDO O CAPÍTULO.....	34
<b>3</b>	<b>NOMINALIZAÇÕES EM FOCO: LEXICALISMO vs NÃO LEXICALISMO</b> .....	35
3.1	CHOMSKY (1970): NOMINALIZAÇÕES GERUNDIVAS vs DERIVADAS.....	35
3.2	GRIMSHAW (1990): ESTRUTURA ARGUMENTAL NAS NOMINALIZAÇÕES? .....	37
3.3	HARLEY E NOYER (1998) .....	41
3.4	ALEXIADOU (2001) .....	47
3.5	OLIVEIRA (2009): UMA PROPOSTA DE ANÁLISE .....	51
3.5.1	Estrutura de eventos sob um viés não lexicalista .....	51
3.5.2	A análise de Oliveira .....	55
3.5.2.1	Raízes de Classe III .....	56
3.5.2.2	Raízes de Classe IV .....	57
3.5.2.3	Raízes de Classe V .....	58
3.6	A DERIVAÇÃO SUFIXAL DE FORMAS NOMINALIZADAS .....	59
3.6.1	Formações com o sufixo – <i>dor</i> .....	59
3.7	FINALIZANDO O CAPÍTULO.....	62
<b>4</b>	<b>DA ANÁLISE</b> .....	63
4.1	DESCRIÇÃO EMPÍRICA .....	63
4.1.1	Nominalizações com um sintagma genitivo realizado.....	65
4.1.2	Possíveis leituras do único sintagma genitivo.....	71
4.1.3	Possibilidades de leitura dos dois sintagmas genitivos realizados .....	76
4.2	ANÁLISE ESTRUTURAL: AS REPRESENTAÇÕES .....	79
4.2.1	Nominalizações com apenas um argumento realizado.....	80

4.2.1.1 Resumo da Seção .....	90
4.2.2 Nominalizações com os dois argumentos realizados .....	90
4.2.2.1 Resumo da Seção .....	93
4.3 FINALIZANDO O CAPÍTULO.....	94
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Consideremos inicialmente as orações apresentadas em (1):

- (1) a. \*O Pedro comprou.
- b. \*comprou um carro.
- c. O Pedro comprou um carro.

Pensamos que qualquer falante nativo do português brasileiro concordaria que, na ausência de um contexto, (1a) e (1b) não são construções bem formadas, isto é, são agramaticais. E o que motiva essa agramaticalidade? Para responder a essa questão, temos de recorrer ao conceito de Estrutura Argumental, isto é, à relação estabelecida entre um predicado e seus argumentos<sup>1</sup>.

Nas línguas naturais, todo núcleo que faz a seleção dos elementos que ocorrerão com ele é um predicado. Por sua vez, os elementos por ele selecionados são os argumentos. Assim, a agramaticalidade de (1a) e (1b) se verifica porque, sendo ‘comprar’ um núcleo que seleciona dois argumentos, não tem sua estrutura argumental satisfeita. Em outras palavras, a ação denotada por ‘comprar’ exige que haja alguém que desempenhe a ação de comprar - justamente essa é a informação que falta em (1b) – ao mesmo tempo que exige que algo seja comprado – informação ausente em (1a). Como vemos, somente (1c) é gramatical, pois nessa formação os constituintes [o Pedro] e [um carro] satisfazem a estrutura argumental de ‘comprar’.

Observemos, agora, as formações em (2):

- (2) a. O Pedro sorriu.
- b. O Pedro construiu duas casas.
- c. O Pedro deu flores para a Ana.

Em (2a), temos um predicado, ‘sorriu’, cuja estrutura argumental prediz apenas um argumento, no caso, alguém que sorria. Em (2b), o verbo ‘encontrar’ apresenta uma estrutura argumental com dois argumentos, isto é, alguém que

---

<sup>1</sup> Tanto “predicado” quanto “argumento” são termos utilizados na Lógica Clássica que visa à formalização das proposições.

encontre algo ou alguém. Por fim, o verbo ‘dar’, em (2c), é um predicado cuja estrutura argumental requer três argumentos. Isso mostra que a quantidade de argumentos necessários para satisfazer um predicado é determinada pela sua estrutura argumental. Verbos como ‘sorrir’ são denominados intransitivos; verbos como ‘encontrar’, transitivos e verbos como ‘dar’, bitransitivos.

Passemos para as formações em (3):

- (3) a. O Pedro construiu duas casas.
  - a'. A construção das casas.
  - b. O Pedro pagou as contas.
  - b'. O pagamento das contas.
  - c. O Pedro assaltou o banco.
  - c'. O assalto ao banco.

Como em (3a-c), temos em (3a'-c') predicados cuja estrutura argumental prediz a quantidade de argumentos a ser selecionados. Contudo, diferente do que vimos em (1a-b), nestas formações, ainda que sua estrutura argumental defina a possibilidade de dois argumentos, a não realização de um deles não resulta em agramaticalidade, por isso todas elas são gramaticais. Isso porque os predicados ‘construção’, ‘pagamento’ e ‘assalto’ são nominalizações e, ao contrário dos predicados verbais, não têm necessidade de que o argumento agente, aquele que desempenha a ação, se realize. O mesmo não poderia ser dito para as sentenças em (3a-c), visto que, de acordo com o Princípio de Projeção Estendido, toda sentença deve ter um sujeito, esteja ele realizado foneticamente ou como uma categoria vazia.

Quando o agente está presente na estrutura do nominal, é comum que venha precedido pela preposição ‘por’, como vemos em (4):

- (4) a. A construção das casas pelo Pedro.
  - b. O pagamento das contas pelo Pedro.
  - c. O assalto ao banco pelo Pedro.

Todavia dizer que “é comum” não significa que o argumento agente necessariamente deva ser introduzido pela preposição ‘por’ nas nominalizações. Observemos as formações em (5):

- (5) a. A apresentação do Pedro superou as expectativas.
- b. A contestação do Pedro superou as expectativas.
- c. A divulgação do Pedro superou as expectativas.

Em (5a-c) vemos que o único argumento realizado é introduzido pela preposição ‘de’, [do Pedro], e pode receber duas leituras, a de ‘tema’ e de ‘agente’. Quando interpretado como agente, a leitura que se extrai pode ser parafraseada como apresentada em (6):

- (6) a. O Pedro apresentou algo (e superou as expectativas).
- b. O Pedro contestou algo (e superou as expectativas).
- c. O Pedro divulgou algo (e superou as expectativas).

Por sua vez, quando interpretado como ‘tema’, a leitura que se extrai pode ser parafraseada como apresentada em (7):

- (7) a. Alguém apresentou o Pedro (e isso superou as expectativas).
- b. Alguém contestou o Pedro (e isso superou as expectativas).
- c. Alguém divulgou o Pedro (e isso superou as expectativas).

Além disso, nominalizações derivadas de verbos transitivos (aqueles que selecionam dois argumentos) permitem que seus dois argumentos realizados concomitantemente sejam introduzidos pela preposição ‘de’, conservando uma leitura agentiva de um deles, tais como verificado em (8):

- (8) a. A apresentação do trabalho do Pedro superou as expectativas.
- b. A destruição do prédio de trinta andares do Pedro superou as expectativas.

Em (8a) o sintagma preposicional [do Pedro] pode ser interpretado como o agente da apresentação do trabalho, embora essa leitura seja dificultada pela apreensão de [trabalho do Pedro] como único sintagma.

Para ajudar na leitura, podemos imaginar um contexto em que o Pedro, sendo um enfermeiro, precisa apresentar um trabalho à sua equipe sobre a prevenção da contaminação de bactérias na UTI de um hospital. Embora tenha sido solicitada de última hora, ‘a apresentação do trabalho do Pedro superou as expectativas’. Parece-nos evidente que [(d) o Pedro] recebe uma leitura agentiva, mesmo não tendo sido introduzido pela preposição ‘por’<sup>2</sup>.

Em (8b), assim como em (8a), a leitura agentiva do sintagma [do Pedro] também é apreendida, entretanto, neste caso, parece-nos que de uma forma mais facilitada do que em (8a), talvez motivada pelo fato de o sintagma [destruição do prédio de 30 andares] ser um constituinte mais “pesado”<sup>3</sup>.

Sendo assim, pretendemos realizar neste trabalho, uma discussão acerca de algumas nominalizações do português brasileiro que, sendo derivadas de verbos transitivos (ou bi-argumentais) podem licenciar duas leituras, de ‘agente’ ou de ‘tema’, para o único argumento realizado introduzido pela preposição “de”, como visto nas formações em (5a-c), e também discutir casos como (8a-b) em que a leitura agentiva de um dos argumentos realizados (e introduzidos pela preposição ‘de’) é apreendida.

É importante deixar claro que entendemos por nominalização o resultado do processo de formação de palavras em que um verbo passa à classe dos nomes. Esse processo pode se dar tanto pelo acréscimo de um sufixo à base verbal, quanto pela supressão de um sufixo. Vejamos os exemplos apresentados em (9):

---

<sup>2</sup> Sobre a questão da preposição “por” introduzir agente, Marcos Carreira, em comunicação pessoal, chamou-me a atenção (a partir de um trabalho seu ainda não publicado) para o fato de que em nominalizações derivadas de verbos psicológicos, que não tem agente, mas experienciador, o PP encabeçado por *por*, que é a preposição que acompanha agentes em geral, pode ser o tema. Como verificamos nos exemplos abaixo:

- (i) a adoração da santa pelo povo
- (ii) a adoração do povo pela santa

Nos dois contextos, embora a leitura se feche pragmaticamente, isto é, a santa é adorada pelo povo, sintaticamente nada impede que tanto “povo” quanto “santa” sejam os experienciadores da ‘adoração’, ou os objetos da adoração. Isto é, em (i) podemos ter que ‘o povo adora a santa’, mas também que ‘a santa adora o povo’; o mesmo pode ser dito em (ii).

<sup>3</sup> A noção de “peso” aqui empregada se refere à quantidade de elementos que compõem um determinado constituinte.



- (9) a. adorar → adoração  
 b. descobrir → descobrimento  
 c. confiar → confiança  
 d. lutar → luta  
 e. demorar → demora

Os nomes apresentados em (9a-c) são formados a partir do acréscimo de um sufixo nominalizador (-ção, -mento, -nça), ou seja, são formados a partir da derivação sufixal. Por sua vez, os apresentados em (9d-e) são resultado da derivação regressiva<sup>4</sup>. No nosso trabalho iremos nos ater somente àquelas formações em que o sufixo nominalizador é acrescentado. Além disso, elegemos especificamente as formações em que esse sufixo nominalizador é o -ção, por ser o mais produtivo em português brasileiro.

Nesse sentido, pretendemos averiguar como se dá a realização do argumento agente nas nominalizações do português brasileiro, de maneira particular naquelas cujos verbos associados são bi-argumentais. Com essa investigação almejamos responder às seguintes questões:

- a) Como seria a estrutura das nominalizações em que o argumento realizado (ou os argumentos), sendo introduzido pela preposição 'de', recebe uma leitura agentiva?
- b) Que mecanismos morfossintáticos estariam associados à possibilidade da extração de uma leitura agentiva do(s) argumento(s) presente(s) na nominalização?
- c) De que maneira a Morfologia Distribuída contribui para uma melhor descrição das estruturas aqui analisadas?

Pretendemos realizar nossa investigação dentro do quadro teórico da morfologia gerativa, em particular adotando a abordagem inaugurada por Halle e Marantz (1995) e Marantz (1997), denominada Morfologia Distribuída.

---

<sup>4</sup> Cabe mencionarmos que para a Morfologia Distribuída o termo "derivação sufixal" é entendido como derivações a partir da raiz e "derivação regressiva" ainda não tem um tratamento dentro da teoria, conforme a mim indicou Ana Scher em comunicação pessoal.

Assim, no capítulo 2, discutiremos os exemplos do português brasileiro e apresentaremos os princípios teóricos da Morfologia Distribuída. No capítulo 3, apresentaremos uma revisão da literatura no que diz respeito às nominalizações, mais especificamente naquilo que tange a questão da leitura agentiva dos argumentos das nominalizações. No capítulo 4, apresentamos nossa análise considerando as propostas de Alexiadou (2001) e Oliveira (2009). Por fim, no capítulo 5 tecemos nossas considerações finais.

## 2 NOMINALIZAÇÕES EM –ÇÃO E REALIZAÇÃO ARGUMENTAL

Ao longo deste capítulo vamos apresentar as construções do português brasileiro, discutindo a questão da realização dos argumentos da nominalização no que diz respeito à apreensão da leitura agentiva: (a) do único sintagma genitivo presente na estrutura da nominalização; (b) de um dos sintagmas genitivos quando os dois argumentos estão realizados na nominalização. Em seguida, explicitaremos o construto teórico da Morfologia Distribuída, a partir de Halle e Marantz (1993) e Marantz (1997), fundamento da teoria por nós adotada.

### 2.1 FORMAÇÕES COM UM SINTAGMA GENITIVO NA ESTRUTURA DO NOMINAL

Dissemos na introdução que o foco da atenção deste trabalho está voltado para certas formações nominalizadas do português brasileiro que, derivadas de verbos transitivos (ou bi-argumentais), podem licenciar duas leituras de agente ou de tema, para o único argumento realizado introduzido pela preposição ‘de’. Sabemos, porém, que a afirmação dessa “possibilidade” não é trivial.

Em sua tese de doutoramento, Scher (2004) ao analisar a estrutura das construções com verbos leves (CVLs) em *dar* associadas às nominalizações em –*ada*, dentro do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, concorda com Alexiadou (2001) e Marantz (1997) sobre a existência de diferentes núcleos funcionais do tipo *v* nas formações morfológicas derivadas de verbos. Dentro dessa perspectiva, as nominalizações são consideradas incompatíveis com *v-1* (verbo leve transitivo), cujo sentido é o de CAUSE e o qual projeta argumento externo. A elas somente *v-2* (que tem sentido de BECOME/HAPPEN e não admite argumento externo) é possível<sup>5</sup>. Segundo a linguista:

---

<sup>5</sup> Considerando-se o estudo de Levin e Rappaport (1995) acerca da alternância causativo/incoativa verificada nas formações verbais, CAUSE e BECOME/HAPPEN são operadores semânticos que marcam a diferença entre eventualidades causadas externamente, como: *Pedro quebrou o vidro/ O vidro quebrou*, em que há um argumento externo (causador) e aquelas que são causadas internamente, como: *Pedro riu*, em que não há um argumento externo.

As evidências para essa sugestão vêm da observação de que se houver um único argumento genitivo na estrutura interna da nominalização, ele será necessariamente, interpretado como um tema, como em (55) e, se o agente for realizado sintaticamente, ele será realizado como PP, como em (56).

(55) A apresentação do trabalho

(56) A apresentação do trabalho pelo Pedro

(SCHER, 2004, p. 174)

A rigor, postular que “o único argumento genitivo presente na estrutura interna da nominalização será necessariamente interpretado como tema”, contradiz o que dissemos anteriormente. Ao contrário de Scher, vamos argumentar que o argumento agente pode ser realizado nesse contexto. Em alguns casos verificados no português brasileiro, o único sintagma genitivo realizado pode receber uma leitura agentiva, não tendo que expressar necessariamente uma leitura de tema. É o que podemos verificar nas formações apresentadas em (1), algumas delas já vistas na introdução:

- (1) a. A apresentação do Pedro superou as expectativas.
- b. A contestação do Pedro superou as expectativas.
- c. A divulgação do Pedro superou as expectativas.
- d. A aprovação do Pedro superou as expectativas.
- e. A animação do Pedro superou as expectativas.
- f. A declaração do Pedro superou as expectativas.
- g. A digitação do Pedro superou as expectativas.

Como podemos perceber, todas as construções registradas em (1a-g) são nominalizações que trazem em sua estrutura interna apenas um sintagma genitivo, sendo evidente que ele pode ser interpretado como ‘agente’. Neste caso, a paráfrase da leitura agentiva ficaria como em (2):

- (2) a. Pedro apresentou algo (e superou as expectativas).
- b. Pedro contestou algo/alguém (e superou as expectativas).
- c. Pedro divulgou algo e (e superou as expectativas).
- d. Pedro aprovou algo (e superou as expectativas).

- e. Pedro animou algo/alguém (e superou as expectativas).
- f. Pedro declarou algo (e superou as expectativas).
- g. Pedro digitou algo (e superou as expectativas).

Por sua vez, parafraseando a leitura de tema do sintagma [do Pedro] temos formações como apresentadas em (3):

- (3) a. Alguém apresentou o Pedro (e superou as expectativas).
- b. Alguém contestou o Pedro (e superou as expectativas).
- c. Alguém divulgou o Pedro (e superou as expectativas).
- d. Alguém aprovou o Pedro (e superou as expectativas).
- e. Alguém animou o Pedro (e superou as expectativas).
- f. Alguém declarou o Pedro (e superou as expectativas).
- g. Alguém digitou o Pedro (e superou as expectativas)<sup>6</sup>.

Porque os dados apresentados em (1 a-g) evidenciam que também é legítima a leitura agentiva do único sintagma genitivo realizado na nominalização, somos levados a discordar da linguista e isso acaba gerando um problema. Uma vez que, na argumentação de Scher, a interpretação de ‘tema’ do único sintagma genitivo na estrutura interna da nominalização seria uma evidência para a incompatibilidade de um *v-1* nas nominalizações, como se justificaria a leitura agentiva evidenciada nas formações apresentadas<sup>7</sup>?

Uma primeira tentativa de responder a essa questão poderia encontrar respaldo no artigo *No Escape from Syntax*, em que Marantz (1997) mostra que a interpretação de agente tem duas fontes: uma que vem da estrutura verbal e tem a ver com a presença de um núcleo capaz de projetar o agente e outra que tem a ver com o significado da raiz e que sai da relação possuidor - possuído (*Cf.* a discussão realizada na seção 2.3.1). Vejamos o que isso significa, mais especificamente, a partir das construções do inglês apresentadas em (4):

- (4) a. John destroyed the city.

<sup>6</sup> Algumas leituras, como em (1d), (1f) e (1g), são bloqueadas pragmaticamente, porém, estruturalmente não há fatores que as impeçam de ocorrer.

<sup>7</sup> Agradecemos à Ana Scher que, em comunicação pessoal, indicou-nos essa questão e nos orientou em toda a discussão que se desenvolve nos próximos parágrafos, até a página 21.

‘João destruiu a cidade’.

b. John’s destruction of the city.

‘A destruição da cidade do/pelo João’.

Na língua inglesa, formações como (4a) têm a projeção de seu agente (no caso, *John*) decorrente da presença de um *v-1* (núcleo capaz de projetar o agente), na estrutura da sentença. Já em formações como (4b), dadas as características da nominalização, é crucial que o “causador possessivo” (no caso, *John’s*) não seja um agente projetado por *v-1*, mas intrínseco a um evento com causa externa (MARANTZ, 1997, p. 217).

Para Scher (2004, p. 62), a afirmação de Marantz em relação ao fato de o causador possessivo ter de ser intrínseco a um evento com causa externa é equivalente à assunção de que “a raiz  $\sqrt{\text{DESTROY}}$  tem um tipo de agentividade tratado como *agentividade enciclopédica*, que resulta de nosso conhecimento de mundo”.

A noção de agentividade enciclopédica mencionada pela linguista vem de suas anotações feitas nas aulas ministradas por David Embick, as quais são apresentadas na nota 11 do terceiro capítulo da tese dela e aqui repetidas:

David Embick descreve a noção de agentividade de duas maneiras distintas: sintaticamente ou nocionalmente. Agentividade sintática ou gramatical é a que se realiza através da projeção de um verbo leve. Agentividade nocional ou enciclopédica é aquela que está presente em algumas raízes que são tomadas como agentivas, sem que isso precise ser expresso sintaticamente. A raiz  $\sqrt{\text{destroy}}$ , por exemplo, tem agentividade enciclopédica em casos como *destruction* em que a noção de agente se realiza pelo possessivo, como em *the Roman’s destruction of the city*. Em *the Romans destroyed the city*, por outro lado, a noção de agentividade se expressa sintaticamente, na posição de especificador de um verbo leve. A raiz  $\sqrt{\text{grow}}$  não tem agentividade enciclopédica, como mostra a agramaticalidade de *\*John’s growth of tomatoes* contra a gramaticalidade de *the growth of tomatoes*. Entretanto, essa mesma raiz pode apresentar agentividade sintática, como na sentença *John grows tomatoes*, em que um verbo leve foi inserido, projetando uma posição de especificador que abriga o agente *John* (SCHER, 2004, p. 142).

A partir dessas observações, poderíamos pensar que a leitura agentiva do único argumento realizado em (1 a-g) seria justificada nocionalmente. Melhor dizendo, o sintagma [do Pedro] pode receber uma leitura agentiva dada a

“agentividade enciclopédica” presente nas raízes  $\sqrt{\text{apresent}}$ ;  $\sqrt{\text{contest}}$ ;  $\sqrt{\text{divulg}}$ ;  $\sqrt{\text{administr}}$ ;  $\sqrt{\text{anim}}$ ;  $\sqrt{\text{declar}}$ ;  $\sqrt{\text{digit}}$ .

Esse mesmo fato, isto é, a “agentividade enciclopédica da raiz”, justificaria a agramaticalidade das construções apresentadas em (5):

- (5) a. \*A crescida do Pedro. (para a leitura de ‘Pedro’ como agente)  
 b. \*A florescia das violetas. (para a leitura de ‘violetas’ como agente)

Tanto (5a) quanto (5b) não seriam gramaticais para a leitura agentiva dos sintagmas [do Pedro] e [das violetas], porque as raízes  $\sqrt{\text{cresc}}$  e  $\sqrt{\text{floresc}}$  não têm agentividade enciclopédica.

Ora, se essa explicação, a princípio, elucidaria a possibilidade da leitura agentiva do único argumento realizado nas formações de (1 a-g), por que não considerá-la? Para responder a essa questão, retomemos o mesmo exemplo citado por Embick, para o inglês, e aqui repetido em (6):

- (6) a. \*John’s growth of tomatoes.  
       do João o crescimento dos tomates  
       ‘o crescimento dos tomates do João’ (‘João’ = agente)  
 b. John grows tomatoes.  
       João cresce tomates  
       ‘João cultiva tomates’

O fato é que, se raízes como  $\sqrt{\text{grow}}$  não apresentam agentividade enciclopédica, enviesando formações como (6a), em que a leitura agentiva do sintagma possessivo [John’s] não é lícita na nominalização, por que essa mesma raiz  $\sqrt{\text{grow}}$ , na sentença, apresenta agentividade sintática, como ilustrado em (6b)? De acordo com Marantz (1997) isso ocorre porque a agentividade não está na raiz  $\sqrt{\text{grow}}$ , exatamente ao contrário do que ocorre com  $\sqrt{\text{destroy}}$ , em que a agentividade está presente na própria raiz.

Além disso, consideremos, agora, as duas outras construções mencionadas por Embick e aqui repetidas em (7):

- (7) a. the Romans destroyed the city.

‘os romanos destruíram a cidade’

b. the Roman’s destruction of the city.

‘a destruição dos romanos da cidade’

Se raízes como  $\sqrt{\text{destroy}}$  têm agentividade enciclopédica, não seria uma redundância de agentividade a necessidade da presença de  $v-1$  (que projeta argumento externo), para abrigar o ‘agente’ quando a raiz se torna verbo, como em (7a)? Supondo que a resposta seja “não” e que a presença de  $v-1$  estaria justificada pela necessidade de checagem do traço da agentividade da raiz, a pergunta, então, se volta para as nominalizações: Por que a checagem do traço de agentividade não é necessária nas nominalizações, como (7b)? O que checaria a agentividade enciclopédica nas nominalizações, uma vez que  $v-1$  não está presente? É por conta dessas implicações que buscaremos uma explicação teórica que não se concentre necessariamente na noção de agentividade enciclopédica, para justificar os nossos dados.

Continuaremos a discussão dos dados do português brasileiro, na próxima seção, onde serão consideradas as formações com a presença de dois sintagmas genitivos em sua estrutura.

## 2.2 FORMAÇÕES COM DOIS SINTAGMAS GENITIVOS NA ESTRUTURA DO NOMINAL

Na seção anterior, vimos que o único sintagma genitivo presente na estrutura interna da nominalização não necessariamente será interpretado como tema. Agora, vamos considerar aqueles casos em que há a realização concomitante dos dois argumentos da nominalização, sem nos esquecer da afirmação feita por Scher (2004, p.174) de que “se o agente for expresso sintaticamente, ele será realizado como PP”. Para essa discussão, repetiremos, por conveniência, o exemplo da linguista em (8a) e, em seguida, a sentença associada em (8b):

(8) a. A apresentação do trabalho pelo Pedro.

b. O trabalho foi apresentado pelo Pedro.



Tanto (8a) quanto (8b) são construções passivas e nelas, segundo Bechara (2001, p.434) “o agente da passiva caracteriza-se por ser um termo preposicionado marcado pela preposição *por* e, mais raramente, por *de*”. Acreditamos que essa característica, isto é, a do agente da passiva ser marcado pela preposição ‘*por*’, parece ser sobressalente no domínio verbal, como em (8b). Entretanto, no domínio nominal, em língua falada, a presença da preposição ‘*de*’ se faz bastante frequente, como nas construções em (9):

- (9) a. A apresentação do trabalho do Pedro superou as expectativas.
- b. A animação da festa do Pedro superou as expectativas.
- c. A administração do trabalho do Pedro superou as expectativas.
- d. A descrição da paisagem do Pedro superou as expectativas.
- e. A contestação das provas do juiz superou as expectativas.

A princípio, pode parecer estranho que formações como (9a-e) sejam aqui consideradas lícitas para a leitura agentiva do segundo sintagma genitivo, uma vez que o nome associado ao sintagma preposicionado, numa leitura não marcada, pode ser analisado como um único constituinte, ou seja, [trabalho do Pedro], [festa do Pedro], [paisagem do Pedro], [provas do juiz]. Porém, algumas formações nos mostram que em português brasileiro a leitura agentiva do segundo sintagma genitivo não é bloqueada. Observemos com atenção os dados apresentados em (10)<sup>8</sup>:

- (10) a. A apresentação do trabalho pelo Pedro superou as expectativas.
- b. A apresentação do trabalho superou as expectativas.
- c. A apresentação do Pedro superou as expectativas.
- d. \*A apresentação pelo Pedro superou as expectativas<sup>9</sup>.
- e. A apresentação do trabalho do Pedro superou as expectativas.
- f. A apresentação do trabalho de linguística do Pedro superou as expectativas.

<sup>8</sup> Queremos deixar claro que, embora nos apoiemos metodologicamente neste exemplo, é possível constatar o fenômeno em formações com outras nominalizações.

<sup>9</sup> A sentença (10d) é ruim ‘out of the blue’ somente.

g. A apresentação do Pedro do trabalho de linguística superou as expectativas.

Analisando essas formações, temos que (10a) exprime o tipo de construção que tem a preferência quando os dois argumentos, agente e tema, são realizados, isto é, o agente introduzido pela preposição 'por', formando assim o sintagma [pelo Pedro]. Em (10b), está claro que o único argumento realizado, [do trabalho], recebe a leitura de tema. Já em (10c), como mostrado anteriormente, o único argumento realizado, [do Pedro], é ambíguo entre uma leitura de 'tema' ou 'agente'. A agramaticalidade de (10d) se evidencia, já que a introdução do único argumento realizado pela preposição 'por', na ausência do outro argumento, não é permitida. Em (10e) temos a mesma estrutura vista em (9a-e). Já as formações em (10f) e (10g) mostram que quanto mais "pesado" for o sintagma a receber a leitura de tema - no caso, [apresentação do trabalho de linguística] - a interpretação do sintagma [do Pedro] como agente é mais clara. São essas as formações a que nos referimos anteriormente.

O mesmo tipo de formação verificada em (10 e), ocorre em (11), oriunda da seguinte situação: imaginemos que três bebês foram colocados em três cozinhas diferentes e eles as desarrumaram. Alguém pergunta 'qual desarrumação é a pior?' e respondem da seguinte maneira:

(11) A desarrumação da cozinha do bebê 1 é a pior.

Como vemos, o sintagma [do bebê] em (11), interpretado como agente, é gramatical. Além disso, a mesma gramaticalidade vista em (10 f-g) se verifica em (12):

- (12) a. A destruição do prédio de 30 andares do Pedro superou as expectativas.  
 b. A destruição do Pedro do prédio de 30 andares superou as expectativas.

Os dados apresentados em (10f-g), (11) e (12a-b) mostram que formações nas quais os dois argumentos da nominalização são expressos como sintagmas

genitivos e um deles recebe leitura agentiva são possíveis no português brasileiro (como também o são no inglês, por exemplo). Entretanto, esse tipo de formação não acontece no grego, conforme demonstra Alexiadou (2001) a partir do dado explicitado em (13):

- (13) a. John's destruction of the city.  
 b. \* i katastrofi tu vivliu tis Marias se pende lepta.  
 'the destruction the book-gen the Mary-gen in five minutes'.

Como podemos observar em (13a), no inglês, o sintagma genitivo [John's] é interpretado como o agente da 'destruição' e o sintagma genitivo [of the city] é interpretado como o objeto afetado pela ação do 'John'. Por sua vez, como vemos em (13b), esse tipo de formação não é possível no grego. Quando os dois argumentos 'tema' e 'agente' estão presentes na estrutura da nominalização, o agente necessariamente deve ser precedido pela preposição 'apo' ('por'). É o que temos em (14):

- (14) i katastrofi tis polis apo tus ehtrus se pende lepta  
 the destruction the city-gen from the enemy in five minutes  
 'The destruction of the city by the enemy in five minutes'

No português europeu, como aponta Vieira (2009), em construções desse tipo, ou seja, nas quais os argumentos 'agente' e 'tema' da nominalização estão expressos, o 'agente' só pode ser precedido pela preposição 'por', como no grego, e nunca sob a forma do genitivo 'de'. Os exemplos dados pela autora são apresentados em (15):

- (15) a. \*A edificação da ponte da empresa  
 b. \*A invasão do Iraque dos americanos

Como pensamos ter ficado claro, defenderemos que no caso do português brasileiro, construções em que os dois sintagmas genitivos estão presentes na estrutura interna da nominalização e um deles recebe leitura agentiva são lícitas. E

para explicar este fenômeno nos valeremos da Morfologia Distribuída, cujos princípios passamos a apresentar na seção seguinte.

### 2.3 A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

Em *Distributed Morphology and the Pieces of Inflection* Morris Halle e Alec Marantz (1993) inauguram um novo modelo de investigação morfológica, que rompe com a tradição lexicalista, na qual o léxico é visto como o “repositório” das informações linguísticas tais como: regras de formação de palavras, afixos, idiosincrasias, etc. Neste novo modelo, “toda a maquinaria tradicionalmente atribuída à morfologia não está concentrada em um único componente da gramática, mas está distribuída entre muitos componentes diferentes<sup>10</sup>” (HALLE e MARANTZ, 1993, p.112).

Na prática, os autores “explodem” a noção de léxico e, em seu lugar, incluem algumas “listas” não computacionais, a saber:

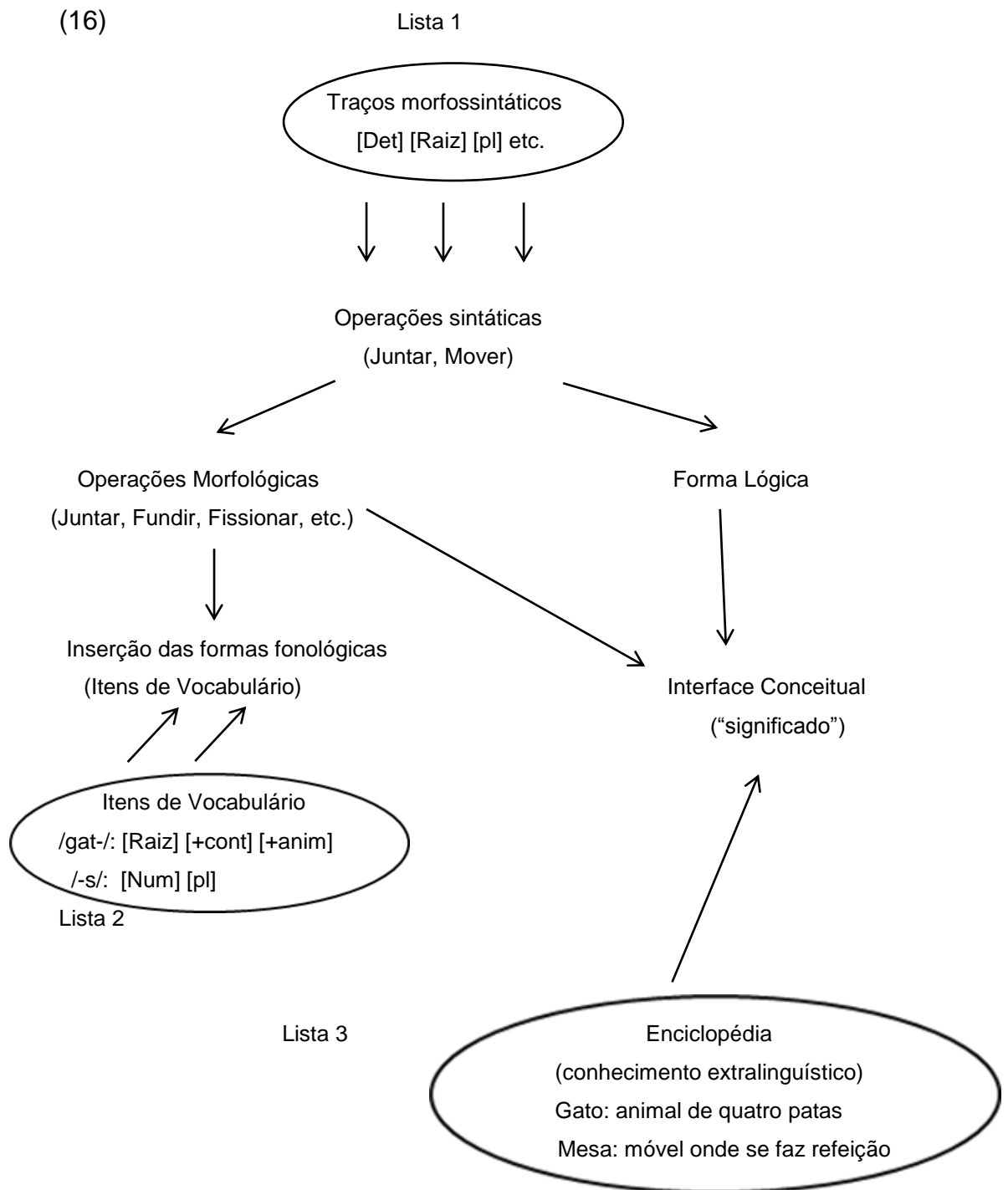
- (i) Lista 1, correspondente aos itens com os quais a sintaxe irá trabalhar, isto é, feixes de traços morfossintáticos e raízes atômicas;
- (ii) Lista 2 ou Vocabulário, que corresponde tanto aos elementos que preencherão os feixes de traços quanto às raízes atômicas. São eles os responsáveis pelo conteúdo fonológico;
- (iii) Lista 3 ou Enciclopédia, responsável por associar os itens de vocabulário ao seu significado.

À guisa de clareza e melhor entendimento da proposta, utilizaremos a sistematização realizada por Medeiros (2008, p.18) em sua tese de doutoramento<sup>11</sup>, evidenciando os aspectos gerais da teoria, com o fito de introduzir os elementos mais relevantes dessa abordagem. Assim, a arquitetura do modelo pode ser observada em (16):

---

<sup>10</sup> “We have called our approach Distributed Morphology to highlight the fact that the machinery of what traditionally has been called morphology is not concentrated in a single componente of the grammar, but rather is distributed among several diferente components” (HALLE & MARANTZ, 1993, p.112).

<sup>11</sup> A partir de Halle e Noyer 1999.



A mecânica do modelo aqui apresentado se inicia com a disponibilização dos elementos presentes na Lista 1 (também denominada Léxico Restrito) ao sistema computacional, isto é, à sintaxe, que os manipula aplicando-lhes as operações concatenar, copiar e mover. Após essa etapa, no curso da derivação em direção à Forma Fonética (PF), o nódulo terminal formado, ainda destituído de

conteúdo fonológico, passa pelo componente morfológico (MS – *Morphological Structure*), onde sofre as operações morfológicas (concatenação, fissão, fusão, entre outras). Em seguida, acontece a inserção dos elementos presentes na Lista 2, ou seja, os itens de vocabulário são associados aos nódulos terminais, de acordo com a especificação ou subespecificação dos traços. Só é inserido aquele elemento que apresentar maior quantidade de traços compatíveis com o nódulo em questão. No gráfico apresentado em (16), por exemplo, o item de vocabulário /-s/ preenche o complexo de traços gramaticais <[Num], [pl]>. Cabe lembrar que, mesmo tendo sido inserido, o item de vocabulário ainda está sujeito a sofrer a aplicação de regras fonológicas e morfológicas.

Depois de realizada a inserção (denominada Inserção Tardia, uma vez que ocorre após as operações sintáticas), associa-se ao componente formado um significado (como apontado na representação, o “conhecimento extralinguístico”), visto que a Lista 3 ou Enciclopédia passa a agir. Segundo Scher (2004, p.60) “esta lista define sentidos especiais para determinadas raízes, dependendo do contexto sintático dessas raízes, dentro de um domínio local definido sintaticamente pela projeção de um núcleo sintático”. Um exemplo do “sentido especial” é mencionado por Minussi (2008) e diz respeito à raiz  $\sqrt{\text{gato}}$ , que pode significar tanto ‘o felino’ quanto ‘a ligação clandestina de energia elétrica’, a depender do contexto.

Segundo Harley e Noyer (1999), há três propriedades que caracterizam particularmente a Morfologia Distribuída, diferenciando-a de outras abordagens, a saber:

- (a) **Inserção tardia:** diz respeito à hipótese de que a expressão fonológica dos terminais sintáticos é, em todos os casos, fornecida no mapeamento para a Forma Fonológica. Em outras palavras, as categorias sintáticas são puramente abstratas, não apresentando conteúdo fonológico. Somente após a sintaxe, as expressões fonológicas, ou os chamados itens de vocabulário, são inseridos por meio do processo de Spell-Out. No limite, pela propriedade da Inserção Tardia, temos que não existe diferenciação pré-sintática entre dois nódulos terminais que têm conteúdo de traço idêntico, mas que poderá receber diferentes itens de vocabulário tais como ‘cachorro’ e ‘gato’;

- (b) **Subespecificação de Itens de Vocabulário:** significa que expressões fonológicas não precisam ser totalmente especificadas para a posição sintática onde elas serão inseridas. Portanto, não é preciso que os “pedaços” fonológicos de uma palavra preencham os traços morfossintáticos daquela palavra; melhor dizendo, os Itens de Vocabulário são em muitos casos signos *default* inseridos onde nenhuma forma específica está disponível;
- (c) **Estrutura Sintática Hierárquica ao longo da derivação:** implica que os elementos que unem sintaxe e morfologia entram nos mesmos tipos de estruturas de constituintes. A Morfologia Distribuída tem como base a ideia de que os elementos da sintaxe e da morfologia são compreendidos como constituintes discretos ao invés de resultantes de processo morfofonológicos.

Diante do que foi exposto até o momento, parece-nos ser relevante indagar como a Morfologia Distribuída entende ser um ‘morfema’. Se nas abordagens lexicalistas ele era considerado como a unidade mínima de significado, na perspectiva construcionista, como o é a Morfologia Distribuída, ‘morfema’ se refere ao nóculo sintático terminal e seu conteúdo, e não à expressão fonológica daquele terminal, que provém como uma parte de um item de vocabulário.

Uma vez que as categorias sintáticas são abstratas, tendo sua definição de acordo com o ambiente sintático em que as raízes são inseridas, como é que se justificam as nominalizações? Em *No scape from syntax*, Marantz (1997) faz um estudo sobre elas a partir do quadro teórico da Morfologia Distribuída e dada sua relevância ao nosso trabalho, apresentamos a seguir um resumo das discussões por ele desenvolvidas em seu artigo.

### 2.3.1 O entendimento das nominalizações a partir de Marantz (1997)

O artigo *No scape from syntax* tem como objetivo atualizar a publicação *Remarks on nominalization* (CHOMSKY, 1970), tendo em vista os avanços e modificações sofridos pela teoria gerativa ao longo dos anos. É na terceira seção que Marantz, mais especificamente, retoma a discussão desenvolvida por Chomsky,

argumentando que as diferenças entre as nominalizações e suas sentenças associadas são justificadas uma vez que, por exemplo, nominalizações como “destruction” e “growth” nunca foram verbos em nenhuma etapa da derivação. Isso porque, para a Morfologia Distribuída, a determinação de uma entrada lexical como Nome, Verbo, Adjetivo depende do ambiente sintático no qual uma raiz se insere. Portanto, a definição categorial das “unidades atômicas” dar-se-á de acordo com sua localização sintática. Nas palavras de Marantz (1997, p.214):

Raízes como  $\sqrt{\text{DESTROY}}$  e  $\sqrt{\text{GROW}}$  são categorialmente neutras, neutras entre N e V. Quando as raízes são colocadas em um ambiente nominal, o resultado é uma ‘nominalização’, quando estão colocadas em um ambiente verbal, elas tornam-se verbos<sup>12</sup>.

Dando continuidade à sua argumentação, Marantz a partir de Levin e Rappaport (1995) propõe três diferentes tipos de raízes. São eles:

- (a) raízes como  $\sqrt{\text{DESTROY}}$  que denotam mudança de estado, não causada internamente, ou seja, implicam uma causa ou agente externo;
- (b) Raízes como  $\sqrt{\text{GROW}}$  que denotam mudança de estado, causada internamente;
- (c) raízes como  $\sqrt{\text{BREAK}}$  que denotam o resultado da mudança de estado.

Além dos diferentes tipos de raízes, o autor propõe dois núcleos funcionais *v*, a saber: “v-1”, o qual projeta um agente e “v-2”, que não o projeta. Segundo o autor, concatenando-se (*merge*) a raiz  $\sqrt{\text{DESTROY}}$  com “D<sup>13</sup>” (determinante) temos a constituição de um nome a partir de um contexto nominal; como representado em (17):

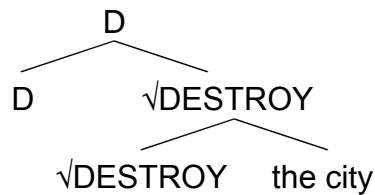
---

<sup>12</sup> “Roots like  $\sqrt{\text{DESTROY}}$  and  $\sqrt{\text{GROW}}$  are category neutral, neutral between N and V. When the roots are placed in a nominal environment, the result is a ‘nominalization’, when the roots are placed in a verbal environment, they become verbs” (MARANTZ, 1997, p.214).

<sup>13</sup> Em trabalhos posteriores, “D” é substituído por “n”.



(17)



Em (17) a concatenação da raiz ao núcleo “D” cria o ambiente sintático para que  $\sqrt{\text{DESTROY}}$  seja realizada como um nome, no caso, ‘destruction’, para formações como em (18):

(18) a. the destruction of the city

‘a destruição da cidade’

b. the city’s destruction

‘a destruição da cidade’

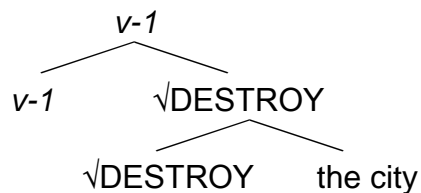
Para os casos em que a construção é uma sentença, tal qual apresentado em (19):

(19) John destroyed the city

‘João destruiu a cidade’

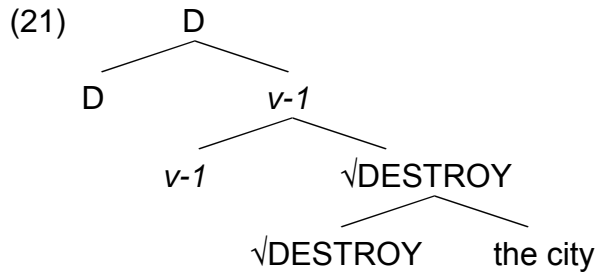
A representação estrutural proposta por Marantz é como mostrado em (20):

(20)



Neste caso, temos que o núcleo funcional  $v-1$  é responsável pela criação do contexto sintático em que a raiz será verbalizada.

O mesmo núcleo funcional,  $v-1$ , estará presente nas nominalizações do inglês que são realizadas com o sufixo *-ing*, as quais são consideradas por Marantz “verdadeiras nominalizações”. A representação para formações como essas, pode ser verificada em (21):



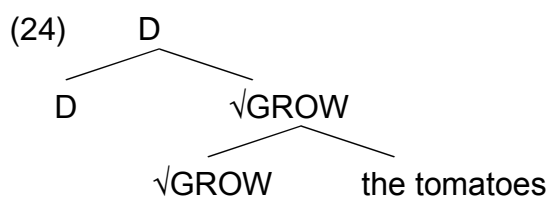
Nesta representação, vemos que, antes da concatenação ao núcleo determinante D, a raiz se juntou ao núcleo verbalizador  $v-1$ . Por ter sido, em algum estágio da derivação anterior ao nome, um verbo, essa construção é considerada um nome verdadeiramente oriundo de verbo e sua realização pode ser verificada em (22):

(22) John's destroying the city  
'a destruição da cidade pelo João'

É a existência de dois diferentes núcleos funcionais  $v$  (ou um núcleo com 'sabores' diferentes) que explicaria a impossibilidade de termos uma leitura causativa do nominal 'growth', em construções como (23):

(23) growth of the tomatoes  
'o crescimento dos tomates' (dos tomates = agente)

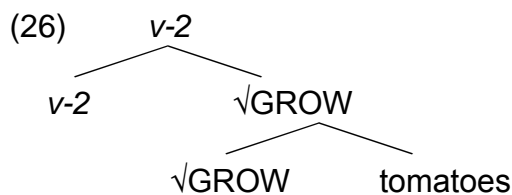
Segundo Marantz, a raiz  $\sqrt{\text{GROW}}$  se refere a uma mudança de estado causada internamente e, por isso, o complemento dela será interpretado tanto como tema quanto causa interna. Sendo, pois, uma mudança de estado causada internamente  $\sqrt{\text{GROW}}$  é incompatível com um agente externo, ao contrário do que acontece com  $\sqrt{\text{DESTROY}}$ . A representação do nominal em (23) pode ser verificada em (24):



Seguindo esse mesmo raciocínio, Marantz mostra que para uma construção como (25):

(25) tomatoes are growing  
'tomates estão crescendo'

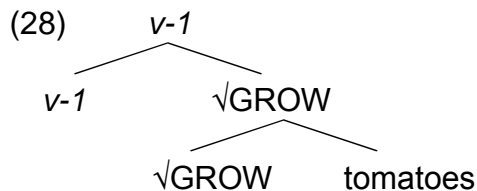
A raiz  $\sqrt{\text{GROW}}$  é verbalizada com um núcleo funcional do tipo  $v-2$ , que não projeta um agente. Sua representação pode ser verificada em (26):



Por fim, quando há na estrutura um agente projetado, tal qual apresentado em (27):

(27) John grows tomatoes  
'João cultiva tomates'

A raiz  $\sqrt{\text{GROW}}$  é verbalizada pelo núcleo  $v-1$ , compatível com a interpretação em questão. A representação da formação se verifica em (28):



Com essa proposta, Marantz consegue explicar a alternância entre as diferentes leituras possíveis para a raiz  $\sqrt{\text{GROW}}$  - causativa em (27) e não causativa em (25) – por meio da sintaxe e não pelo léxico.

## 2.4 FINALIZANDO O CAPÍTULO

Ao longo deste capítulo procuramos deixar mais claro qual o escopo do nosso trabalho, tendo presente os dados do português brasileiro no que tange à realização dos sintagmas genitivos realizados em uma nominalização.

Nesse sentido, na seção 2.1 procuramos demonstrar que, nem sempre, o único argumento da nominalização, realizado como um sintagma genitivo, receberá a interpretação de tema. Mostramos que, diferentemente da observação de Scher, há casos em que o sintagma genitivo pode receber uma leitura agentiva, como visto em (1 a-g).

Na seção 2.2, nossa atenção se voltou de maneira mais particular àquelas construções em que os dois argumentos do nome estão presentes na estrutura, realizados como sintagmas genitivos. Evidenciamos que, ao contrário do que ocorre no grego, em português brasileiro é possível que um dos sintagmas genitivos receba uma interpretação agentiva. Essas construções são muito peculiares e, muitas vezes, sua apreensão pode ser dificultada ora pela pragmática, ora pela influência da leitura não marcada, como no caso de (29):

(29) A apresentação do trabalho do Pedro superou as expectativas.

Em que [trabalho do Pedro] é mais comumente analisado como um único constituinte. Apesar disso, acreditamos ter deixado claro que a leitura agentiva em construções como (29) é lícita, ainda que o agente não tenha sido introduzido pela preposição 'por'.

Finalmente, explicitamos na seção 2.3 os princípios gerais da Morfologia Distribuída, a qual norteará, a partir de Alexiadou (2001) e Oliveira (2009), a análise desenvolvida no terceiro capítulo.

Apresentaremos a seguir, a revisão da literatura acerca do estudo das nominalizações, partindo do clássico artigo chomskiano *Remarks on Nominalization* (1970), perpassando pelas análises de Grimshaw (1990), Harley e Noyer (1998), Alexiadou (2001) e Oliveira (2009).

### 3 NOMINALIZAÇÕES EM FOCO: LEXICALISMO vs NÃO LEXICALISMO

Ao longo deste capítulo faremos uma revisão da literatura sobre o estudo das nominalizações, privilegiando alguns dos trabalhos mais representativos desenvolvidos a partir dos anos 70, alcançando aqueles que foram produzidos na primeira década do século XXI.

Esse breve panorama bibliográfico, parte das reflexões realizadas por Noam Chomsky (1970) em “Remarks on Nominalization”, a serem explicitadas na seção 3.1; segue pela década de 90, apresentando na seção 3.2 a proposta desenvolvida por Grimshaw (1990) em *Argument Structure*, ambos sob um viés lexicalista; explora, na seção 3.3, a discussão desenvolvida por Harley e Noyer (1998) já inseridos na abordagem não lexicalista e culmina na explicitação das propostas de Alexiadou (2001) e Oliveira (2009), ambas ancoradas no arcabouço teórico da Morfologia Distribuída, nas seções 3.4 e 3.5 respectivamente.

#### 3.1 CHOMSKY (1970): NOMINALIZAÇÕES GERUNDIVAS vs DERIVADAS

Dentro da Teoria da Gramática Gerativa Transformacional, a discussão a respeito das nominalizações teve seu espaço firmado a partir da publicação do clássico artigo “Remarks on Nominalization” (CHOMSKY, 1970), o qual abriu um capítulo de intensa produção bibliográfica e de importantes contribuições para o desenvolvimento do quadro teórico de investigação linguística sobre os DPs. Destacamos, por exemplo, os trabalhos de Jackendoff (1977); Abney (1987); Giorgi & Longobardi (1991); Grimshaw (1992); Müller (1997); Alexiadou (2001); Scher (2004), entre outros.

Em linhas gerais, Chomsky dedica sua atenção às nominalizações, considerando dois diferentes tipos:

- a) *gerundive nominals* (a partir de agora, nominalizações de gerúndio), tais como: *John's **being** eager to please, John's **refusing** the offer, John's **criticizing** the book*<sup>14</sup>;
- b) *derived nominals* (a partir de agora, nominalizações derivadas), tais como: *John's **eagerness** to please, John's **refusal** of the offer, John's **criticism** of the book*<sup>15</sup>.

De acordo com sua perspectiva, essas nominalizações apresentam diferenças entre si quanto: (i) à produtividade; (ii) à relação entre a nominalização da categoria verbal e a respectiva sentença a que ela se associa; e (iii) à estrutura interna do sintagma nominal formado.

Sendo assim, as nominalizações de gerúndio podem ser formadas livremente a partir de sentenças do tipo sujeito-predicado, e a relação semântica entre elas e suas sentenças de base é muito regular (CHOMSKY, 1970, p. 187). Além disso, as nominalizações de gerúndio não apresentam estrutura interna de sintagma nominal, o que, em outras palavras, diz respeito a: (i) Caso do argumento tema vir marcado por *of* ('de'); (ii) poder ser modificado por um adjetivo; (iii) poder ocorrer com afixos de número; (iv) não permitir a presença de auxiliares ou expletivos. Por isso, não é de se estranhar que a sentença *John has refused the offer* e a nominalização *John's refusing the offer* tenham interpretações equivalentes em inglês.

Portanto, para casos como esses, as regras transformacionais são suficientes para explicá-los. Todavia, o mesmo não pode ser dito sobre as nominalizações derivadas.

Ao contrário das nominalizações de gerúndio, as derivadas são muito mais restritas quanto à produtividade; as relações semânticas entre elas e suas sentenças associadas são muito variadas e idiossincráticas, além de apresentarem uma estrutura interna de sintagma nominal. Logo, seriam essas diferenças evidências

<sup>14</sup> A tradução das nominalizações gerundivas para o português corresponderia aproximadamente ao uso nominal do verbo em sua forma infinitiva, assim teríamos algo como: 'O estar ansioso do João para agradecer', 'O recusar do João a proposta', 'O criticar do João o livro', respectivamente (Tradução nossa).

<sup>15</sup> 'A ânsia do João para agradecer', 'A recusa do João à proposta', 'A crítica do João ao livro' (Tradução nossa).

consideráveis para uma argumentação a favor da ocorrência de derivações no léxico; fora da sintaxe.

Em suma, o que está no cerne da discussão é o fato de que, sendo as nominalizações de gerúndio e as nominalizações derivadas diferentes entre si, as primeiras podem ser derivadas transformacionalmente, enquanto que as segundas estariam listadas no léxico (SPENCER, 1991, p.71). Logo, Chomsky propõe uma extensão do componente de base da gramática. Como aponta Scher (2004, p.41):

Essa solução não cria um componente gerativo de formação de palavras no léxico, mas separa o léxico do componente categorial de base. De acordo com essa proposta, as entradas lexicais podem ser neutras em termos categoriais, compondo-se de um conjunto de traços de seleção e subcategorização.

Com base nessa proposta é que Marantz, fazendo uma leitura diferente da que Spencer realizou do mesmo artigo de Chomsky, desenvolve a Teoria da Morfologia Distribuída, que foi apresentada no capítulo 1.

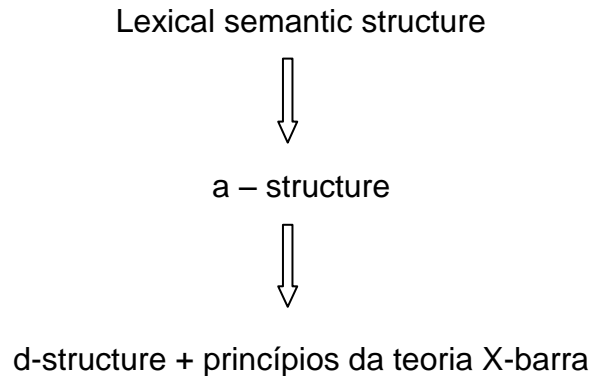
É válido destacarmos que a partir de “Remarks on Nominalization”, para além do crescimento da pesquisa morfológica dentro de uma tradição gerativa, uma vasta investigação acerca dos nominais foi empreendida, contribuindo para o desenvolvimento da teoria, que veio a culminar no modelo de Princípios e Parâmetros dos anos 80. Um dos trabalhos sobre nominalizações dentro desse quadro teórico que se tornou um clássico na área é o de Grimshaw (1990), o qual passamos a apresentar.

### 3.2 GRIMSHAW(1990): ESTRUTURA ARGUMENTAL NAS NOMINALIZAÇÕES?

Afirmar que os nominais têm uma estrutura argumental é cenário de controvérsias no estudo dos nomes. Todavia, em “Argument Structure”, Grimshaw propõe justamente isso, desenvolvendo um estudo (pautado no modelo teórico de Government and Binding) acerca da representação da estrutura argumental (*a-structure*) que “se refere à representação lexical da informação gramatical sobre um predicado”. Para a autora a *a-structure* faz interface com a estrutura semântica lexical (*lexical semantic structure*) e com a estrutura profunda (*deep – structure*).

No diagrama em (1) vemos representado o esquema de funcionamento dessa interface:

(1)



No primeiro capítulo, a linguista apresenta a hipótese de que “a estrutura argumental é uma representação estruturada sobre a qual relações de proeminência são definidas<sup>16</sup>” (GRIMSHAW, 1990, p. 3). Isso significa dizer que o argumento externo é mais alto que os argumentos internos; em outras palavras, é como se ele c-comandasse os argumentos internos de maneira assimétrica. Para a Teoria da Proeminência a estrutura argumental de um predicado tem sua própria estrutura interna que afeta o comportamento gramatical desse predicado de várias maneiras.

Grimshaw (1990, p.3) tem por objetivo “derivar a estrutura argumental a partir da semântica e, então, derivar o comportamento lexical de um predicado e sua d-structure a partir da representação de sua estrutura argumental<sup>17</sup>”. Assim, é a representação sintática de um predicado que determina seu comportamento na sintaxe; as propriedades sintáticas de um predicado não estão reduzidas à sua semântica.

São cinco as assunções dessa teoria:

<sup>16</sup> “The hypothesis that argument structure is a structured representation over which relations of prominence are defined” (GRIMSHAW, 1990, p.3).

<sup>17</sup> “The fundamental goal of this enterprise is to derive a-structure from semantics and then to derive the lexical behavior of predicate and its d-structure from its argument structure representation” (GRIMSHAW, 1990, p.3).



- a) A *a-structure* é uma representação estruturada que representa as relações de proeminência<sup>18</sup> entre os argumentos;
- b) A organização interna da *a-structure* resulta parcialmente da hierarquia temática, de forma que relações de proeminência refletem informações temáticas de um tipo muito limitado, isto é, se um dado argumento é mais alto ou mais baixo do que outro na hierarquia temática;
- c) O conceito de argumento externo pode ser explicado em termos de proeminência (temática e aspectual). Ou seja, o argumento externo<sup>19</sup> é o argumento mais proeminente na *a-structure* de um predicado;
- d) Argumentos gramaticais são distintos de participantes semânticos. Nessa perspectiva, nem todos os itens lexicais semanticamente relacionados têm uma estrutura argumental sintática e tomam argumentos sintáticos. Segundo a linguista, apenas nomes que se referem a “eventos complexos” – nomes que possuem uma análise aspectual interna – têm *a-structure*. Logo, somente esses possuem obrigatoriamente argumentos gramaticais do tipo dos que os verbos apresentam.

Grimshaw especifica as características desses nomes nos seguintes termos:

Cada verbo e nome têm uma representação léxico-semântica (uma estrutura conceptual lexical ou lcs) que inclui, dentre outras coisas, os participantes nas atividades ou estados descritos pelo verbo. Alguns desses participantes são realizados como argumentos gramaticais e projetados dentro de uma representação de *a-structure*. Porém, a habilidade de projetar argumentos dessa forma é limitada dentre os nomes à subclasse que referirei como *processos* ou *nominais de evento*. Outros nomes não têm uma *a-structure* como parte de sua representação lexical, embora possam muito bem ter argumentos semânticos aparecendo em suas definições de lcs. Argumentarei que nominais de gerúndio sempre têm *a-structure* e que nominais derivados são tipicamente ambíguos nesse aspecto<sup>20</sup> (GRIMSHAW, 1990, p.5).

<sup>18</sup> As relações de proeminência são determinadas pelas propriedades temáticas e aspectuais do predicado.

<sup>19</sup> Cabe ressaltar que a definição de argumento externo dentro dessa perspectiva teórica não é equivalente à noção de sujeito de uma *d-structure*.

<sup>20</sup> “Each verb and noun has a lexico-semantic representation (a lexical conceptual structure or lcs) that includes, among other things, the participants in the activities or states described by the verb (...). Some of these participants are realized as grammatical arguments and projected into an a-structure representation. However, the ability to project arguments in this way is limited among nouns to subclass that I will refer to as *process* or *event nominals*. Other nouns do not have a-structure as part of their lexical representation, even though they may very well have semantic arguments appearing in their lcs definitions. I will argue that gerunds always have a-structure and that derived nominals are typically ambiguous in this aspect” (GRIMSHAW, 1990, p.5).

Com isso, a autora alcança uma nítida distinção entre nomes que estão semanticamente relacionados e os que estão sintaticamente relacionados na medida em que admitem argumentos gramaticais. De igual maneira é estabelecida a diferença entre a representação semântica dos argumentos em lcs e sua representação sintática na *a-structure*. “Uma *a-structure* é uma representação léxico-sintática junto com um conjunto de elementos identificados com a lcs do predicado” (GRIMSHAW, 1990, p.06).

A última assunção é:

- e) A estrutura argumental e as propriedades de marcação temática dos itens lexicais variam entre as categorias sintáticas.

Após discorrer sobre a estrutura da *a-structure* (capítulo 2), a linguista trata das nominalizações do inglês, mostrando que a grande distinção entre os nominais assenta-se na existência ou não de uma estrutura de evento (*Event Structure*), sendo que esta está presente nos nominais de evento complexo (ou processo), mas não nos de resultado.

Partindo da hipótese de que a estrutura argumental é composta a partir da análise aspectual e temática de um predicado, e considerando que os nominais de processo têm uma parte de estrutura de evento a autora afirma que estes têm uma estrutura argumental.

Assim, na perspectiva de Grimshaw (1990, p.53), os nomes que não possuem estrutura argumental são aqueles tais como os nomes concretos que admitem apenas modificadores; todavia aqueles que têm estrutura argumental apresentam um comportamento como o dos verbos e, por requererem, tomam argumentos.

Por fim, a autora conclui que “nomes com uma interpretação de evento complexo têm uma estrutura argumental, que deve ser satisfeita, e os outros nomes não<sup>21</sup>” (GRIMSHAW, 1990, p.53-54).

Embora clássica, a tese de Grimshaw foi amplamente debatida e criticada por diferentes pesquisadores, como veremos, por exemplo, na seção 3.4 onde

---

<sup>21</sup> “My conclusion, then, is that nouns with a complex event interpretation have an argument structure, which must be satisfied, and other nouns do not” (GRIMSHAW, 1990, p. 53-54).

apresentaremos a proposta de Alexiadou (2001). Contudo, isso não tira o mérito de seu trabalho na discussão sobre as nominalizações.

Entre os anos de 1993 e 1995, a teoria gerativa passa por revisões e reformulações, resultando no Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995). É nesse contexto que, no campo dos estudos morfológicos, surge a proposta de Halle e Marantz (1993) e Marantz (1997), já apresentada no capítulo 1, originando uma série de investigações sob o viés não lexicalista. Um trabalho marcante dentro dessa abordagem foi desenvolvido por Harley e Noyer, no final dos anos 90, o qual passamos a apresentar na próxima seção.

### 3.3 HARLEY E NOYER (1998)

Em “Formal vs Encyclopedic Properties of Vocabulary: Evidence from Nominalizations”, Harley e Noyer procuram deixar clara a linha divisória entre as propriedades formais que subjazem à boa formação gramatical e o conhecimento enciclopédico que informa atitudes sobre anomalias pragmáticas.

Assim, no que diz respeito à explicitação das propriedades sintáticas e formais, os apontamentos por eles realizados nos são relevantes, ainda que nos distanciemos de uma justificativa assentada apenas no conhecimento enciclopédico para os nossos dados, como o trabalho de Harley e Noyer poderia sugerir<sup>22</sup>.

O ponto de partida para a análise dos autores são construções do inglês tais como a apresentada em (2):

(2) #John’s growth of tomatoes<sup>23</sup>

A anomalia observada é justificada por uma combinação do “conhecimento enciclopédico e os tipos de acarretamentos semânticos que certas estruturas sintáticas propiciam”. (HARLEY e NOYER, 1998, p.3). Sendo assim, onde a má formação de uma expressão não se deve a propriedades formais, mas a anomalias

<sup>22</sup> Consideramos este distanciamento para o tratamento das construções com as quais estamos lidando, no entanto, não descartamos a possibilidade de isso ocorrer em outros contextos e ou derivações.

<sup>23</sup> O símbolo # é a convenção adotada no artigo para exprimir uma anomalia pragmática.

pragmáticas associadas ao conhecimento enciclopédico, as reações dos falantes diante de sentenças em que há nominalizações variam, quando o contexto da enunciação é apropriadamente modificado.

Um conceito importante para o entendimento da análise empreendida no artigo é o de semântica estrutural (*structural semantics*), desenvolvido a partir das sentenças em (3):

(3) a. The Sun melted the snow.

‘O sol derreteu a neve’

b. The snow<sub>i</sub> melted t<sub>i</sub>

‘A neve derreteu’

Segundo a semântica estrutural, o que quer que seja a ação desempenhada em (3a), “sun” é quem a está realizando e “snow” é o elemento que sofre a ação, dada a estrutura transitiva da sentença que força essa leitura. Em (3b), sentença com estrutura incoativa, novamente “snow”, embora em posição de sujeito, sofre a ação. Logo, “os itens de vocabulário que preenchem a significação devem sempre ser consistentes com a semântica estrutural imposta pela construção sintática em si.” (HARLEY e NOYER, 1998, p.5).

Assim, os linguistas propõem uma teoria de licenciamento que apresenta condições gramaticais sobre as quais os itens de vocabulário podem ser inseridos em estruturas sintáticas (coerção estrutural). Eles trazem exemplos de sentenças que ratificam a argumentação, os quais são apresentados em (4) e (5) respectivamente:

(4) a. Chris thought the book to Martha.

‘Chris pensou o livro para Martha’

b. The bridge exploded the engineers.

‘A ponte explodiu os engenheiros’

(5) a. \*The red under did not five lunch.

‘O vermelho abaixo não fez cinco lanches’

b. \*James put yesterday.

‘James colocou ontem’

Segundo a teoria proposta, as sentenças em (5) são mal formadas visto que os itens de vocabulário “under”, “five” e “put” não são licenciados apropriadamente. Ao contrário das sentenças em (4), que não são mal formadas, mas pragmaticamente anômalas.

O estudo a partir da natureza das condições de licenciamento proposto por Harley e Noyer (1998, p.7) permite que se percebam com clareza as sentenças que são agramaticais por razões estruturais (dado que seus itens de vocabulário não são passíveis de licenciamento) e sentenças que, sendo gramaticais, não são boas por causa do conhecimento enciclopédico que o falante possui sobre o uso “feliz” dos itens de vocabulário.

Sendo assim, de acordo com a presença ou não de condições de licenciamento de um determinado item de vocabulário, a sentença poderá ser possível com anomalia pragmática (primeiro caso), ou será totalmente mal formada (segundo caso).

Tratando das propriedades formais das categorias sintáticas e dos itens de vocabulário, os autores adotam a proposta de que existem ‘l-node’ e ‘f-nodes’<sup>24</sup>, sendo que o ‘l-node’ não traz nenhuma especificação quanto à categoria, já que esta será definida no contexto sintático onde o item for inserido. Cada item de vocabulário é listado com um conjunto de requerimentos de licenciamento, o que substitui a noção de categoria. Logo, um item de vocabulário [+ cause] será bem formado se inserido no complemento de CAUSE<sup>25</sup> de *v*. A partir disso, os autores apresentam uma tabela com os traços, dos quais destacamos os referentes à *grow* e *destroy* respectivamente: (i) contexto de licenciamento [+v], [+DP], [±cause]; Enciclopédia: o que entendemos por ‘*grow*’; (ii) contexto de licenciamento [+v], [+DP], [+cause]; Enciclopédia: o que entendemos por ‘*destroy*’ (HARLEY e NOYER, 1998, p.13).

Especificamente na terceira seção do artigo, Harley e Noyer concentram a atenção nas nominalizações e sua estrutura argumental. Para tanto, duas questões fundamentais são consideradas:

<sup>24</sup> A noção parece próxima da de “categorias lexicais” e “categorias funcionais”, contudo, há só um ‘l-node’ cujo estatuto categorial é definido pelo seu contexto sintático.

<sup>25</sup> Os operadores semânticos DO, BECOME e CAUSE utilizados no artigo partem da tese de Harley (1995), para a estrutura de eventos dentro de uma abordagem não lexicalista. Embora não tenhamos apresentado a tese da autora, seu conhecimento é fundamental para o trabalho que é desenvolvido no artigo.

- (i) Como a abordagem de estrutura argumental por eles aferida e de inserção lexical permitem o tratamento das nominalizações discutidas em Chomsky (1970)?
- (ii) A diferença codificada entre *grow* e *destroy* permite uma caracterização do fato de o possuidor do *grow* nominalizado não poder ser interpretado como agente, enquanto que o possuidor de *destroy* nominalizado sim?

Segundo os autores, em contextos nominais, a interpretação do possuidor como agente ou tema não é, de fato, determinada pela informação de subcategorização por eles apresentada, mas pelo conhecimento de mundo (enciclopédia) que temos sobre o significado das raízes em questão. A anomalia pragmática verificada em *John's growth of tomatoes* surge como o resultado da interação entre o conhecimento de mundo sobre *growing* ('crescer') e nosso conhecimento das interpretações possíveis para um argumento em Spec,DP.

Cabe-nos recordar que o português é diferente do inglês no que diz respeito à estrutura genitiva. Não temos a realização morfológica do genitivo X's, como acontece no caso do inglês. Em português, essa realização aparece marcada com a preposição "de", posposta ao núcleo nominal.

A cobertura empírica para tal argumentação vem dos dados do inglês apresentados em (6) :

- (6) a. Tomatoes grow.  
The growth of the tomatoes.  
The tomatoes' growth.
- b. John grows tomatoes.  
# John's growth of tomatoes.  
# The tomatoes' growth by John.
- c. # The crop destroyed.  
The crop's destruction.

- d. The insects destroyed the crop.  
 The insects' destruction of the crop.  
 The crop's destruction by the insects.

Segundo Harley & Noyer, em um contexto verbal, a possibilidade de o item de vocabulário aparecer ou não num contexto inacusativo ou causativo é determinada por seu traço de licenciamento [ $\pm$  cause]. *GROW* é indiferente para o fato de o *v*, no qual ele aparece, ser [+ cause] ou [- cause] e, por isso, pode estar presente em ambos os contextos (6 a-b). O mesmo não ocorre com *DESTROY*, já que este requer que seu licenciador seja [+ cause], o que justifica a não ocorrência de sua variante intransitiva (6c)<sup>26</sup>. No caso das nominalizações, porém, o que se verifica é justamente o inverso do que ocorre no contexto verbal. Como mostram os autores, *DESTROY* pode aparecer tanto com seu agente quanto com seu tema na posição de especificador da forma nominalizada (6d), por sua vez, *GROW* só pode aparecer com seu tema no especificador da formação nominalizada (6 a-b).

Em decorrência disso, os autores indagam sobre a necessidade de se colocar um traço similar a [+ cause] na forma nominal, assumindo que D (determinante) tem “sabores”, como *v*, que seleciona agente ou tema em seu especificador e atribui traços subcategorizados às raízes, da mesma maneira que no ambiente verbal<sup>27</sup>. De acordo com eles, uma possibilidade como essa só pode estar incorreta, pois: (a) além de o especificador de D poder conter um agente ou tema, nele também podem ocorrer outros argumentos, como por exemplo, locativos; isto nunca acontece com os especificadores de *v*, que podem conter somente agentes; (b) se a estrutura argumental das formas nominalizadas fosse arbitrariamente determinada por traços (*feature determined*), era de se esperar que o aparecimento de agentes na forma verbal variasse independentemente do aparecimento de agentes, temas ou outros argumentos no especificador da forma nominal. Enfim, “o fato do agrupamento de propriedades correlacionadas com características

<sup>26</sup> Interessante notar que, no português, a ocorrência de uma construção como (6c) é possível de ser realizada, como vemos em: “A plantação destruiu todinha”.

<sup>27</sup> “That is, do we assume that D has flavours, like *v*, which select for agents or themes in its specifier, and assign subcategorisation features to roots in the same fashion as for the verbal environment”? (HARLEY e NOYER, 1998, p.15).

enciclopédicas/semânticas particulares seria algo imprevisto em tal abordagem<sup>28</sup> (HARLEY e NOYER, 1998, p. 16).

Segundo os autores, Marantz (1997) sugere que se a interpretação dos argumentos no especificador de D é deixada aberta, talvez, algo como “posse” seja capaz de assumir nuances de significado de acordo com o conteúdo enciclopédico do complemento de D. Assim,

se o item de vocabulário denota um evento que requer a ação de um causador externo para ocorrer, como DESTROY, o especificador de D na nominalização contendo DESTROY pode ser interpretado como causador externo. Se um item de vocabulário denota um evento que não requer causador externo para ocorrer, por exemplo, um evento espontâneo ou causado internamente como GROW, então a interpretação de causador externo não está disponível para o elemento no especificador de DP, apenas o argumento causador interno (que necessariamente é também o tema) pode aparecer em tal posição<sup>29</sup> (HARLEY e NOYER, 1998, p. 16).

Para responder à questão sobre a origem das nuances de significado que determinam a interpretação do argumento de Spec, DP, Harley e Noyer analisam o comportamento variável de raízes como *GROW* e *DESTROY*, que participam da alternância causativa/incoativa e permitem tanto uma interpretação de causador externo para o argumento de Spec, DP numa nominalização transitiva, quanto de causador interno, em uma nominalização intransitiva<sup>30</sup>. Como conclusão, os linguistas afirmam que toda informação necessária (e da qual o falante precisa saber) a respeito do comportamento verbal – o qual varia entre verbos da classe de *GROW* e verbos da classe de *DESTROY* – está disponível na Enciclopédia.

O exemplo para tal afirmação decorre das sentenças apresentadas em (7):

(7) a. Dust accumulated on the table.

‘Pó acumulou na mesa’

<sup>28</sup> “The fact that the grouping of properties correlates with particular encyclopedic/semantic characteristics, as we shall show below, would be unexpected on such an approach” (HARLEY e NOYER, 1998, p.16).

<sup>29</sup> “That is, if a VI denotes an event which requires the action of an external causer to occur, like DESTROY, the specifier of D in a nominalisation containing DESTROY may be interpreted as that external causer. If a VI denotes an event which requires no external causer to occur, e.g. a spontaneous or internally caused event like GROW, then the external causer interpretation is not available for the element in the specifier of DP; only the internal causer argument (which of necessity is also the theme) may appear in that position” (HARLEY e NOYER, 1998, p.16).

<sup>30</sup> Alguns exemplos dados pelos autores: (12a) The balloon exploded/ The balloon’s explosion; (12b) The army exploded the bridge/ The army’s explosion of the bridge.



b. The accumulation of dust on the table.

‘O acúmulo de pó na mesa’

c. # John’s accumulation of dust on the table.

‘O acúmulo do João de pó na mesa’

Quando *dust* é escolhido como um tema, ACCUMULATE se comporta como um item de vocabulário espontâneo, como GROW, perdendo sua ambiguidade. Isso não significa que os requerimentos de subcategorização tenham mudado, mas simplesmente que o conhecimento de mundo sobre o acúmulo de pó nos diz que é improvável que um causador externo inicie tal ação. Sendo assim, Harley e Noyer argumentam que o comportamento de um item de vocabulário, quando nominalizado, depende da informação enciclopédica associada a ele e não de sua especificação sintática.

Se bem entendemos o que os autores expuseram, e procurando refletir a explicação apresentada para os dados do português, não nos convencemos completamente sobre o fato de que o conhecimento enciclopédico é o que resolve certas ambiguidades. Ademais, se assim o for, pensamos ser importante que a Enciclopédia seja mais investigada, a fim de que os mecanismos e propriedades que a compõem estejam bem explicitados.

Por conta disso, assumimos, neste trabalho, a proposta de Oliveira (2009), que se baseia em Marantz (2007) e Medeiros (2008), para procurar justificar a ocorrência da leitura agentiva nas construções com as quais estamos lidando. Contudo, respeitando a ordem cronológica das publicações, discutiremos na próxima seção a proposta de Alexiadou (2001) para o tratamento das nominalizações do grego e de sua estrutura funcional, dada sua relevância para a nossa pesquisa.

### 3.4 ALEXIADOU (2001): A ESTRUTURA FUNCIONAL NOS NOMINAIS

Tendo-se transcorrida uma década desde a publicação de “Argument Structure”, Arthemis Alexiadou em *Functional Structure in Nominal: Nominalization and Ergativity* recoloca a discussão sobre a diferença entre as nominalizações pontuada por Grimshaw, porém, dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída.

Como visto na seção 2.3, a MD concebe a formação de palavras como sintática, “explodindo” a noção de léxico própria do lexicalismo<sup>31</sup>. Além disso, são os núcleos funcionais que determinam a categoria de um núcleo lexical, isto é, as raízes abstratas não são especificadas como verbos, nomes ou adjetivos. Como dito na seção 2.3, é o ambiente sintático que determina a categorização da raiz.

Assim, ao contrário da assunção de Grimshaw de que nomes de processo têm estrutura argumental e os de resultado não, Alexiadou considera que em seu sistema todos os nomes podem ter complementos, ou seja, todos apresentam uma estrutura argumental. O que, então, os diferenciará? De acordo com a autora, a diferença se encontra nas categorias funcionais que estão presentes (ou não) na estrutura dos nominais. Portanto, as nominalizações de processo incluem um conjunto de categorias funcionais associadas às expressões verbais (‘verbal clauses’) que portam leituras de processo/evento, enquanto que, nas de resultado, não há tais projeções.

Uma vez assumindo que nos nomes de processo encontramos projeções nominais e também aquelas associadas aos verbos, Alexiadou almeja: (i) determinar o número e o tipo de projeções verbais e nominais encontradas nos nominais de processo; (ii) determinar sua função em vista das diferenças encontradas entre os dois tipos de nominalizações.

Numa análise mais geral, a autora mostra que são dois os núcleos funcionais que estão presentes em contextos eventivos: o núcleo funcional *v* (*Voice*) e o núcleo funcional *Aspect*. O primeiro apresenta quatro propriedades, a saber:

- a) contém os traços relevantes para o licenciamento e interpretação de argumentos externos;
- b) contém traços relacionados à eventividade;
- c) porta os traços de Caso para o objeto;
- d) apresenta-se de duas maneiras diferentes: um *v* que introduz argumento externo e outro que não.

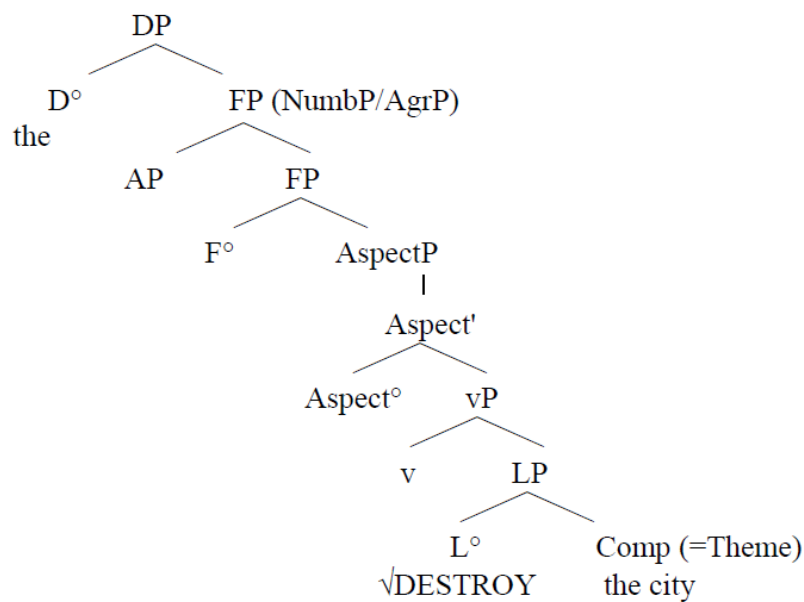
---

<sup>31</sup> Isto é, um componente independente da sintaxe com operações próprias para formar palavras.

Já o núcleo funcional verbal *Aspect* contém traços que se relacionam às propriedades semânticas do evento denotado pelo verbo (exemplo: perfectivo e imperfectivo).

De maneira mais específica, Alexiadou aponta as diferenças estruturais entre as nominalizações de processo e de resultado, propondo para cada uma delas, diferentes estruturas, que estão apresentadas em (8) e (9), respectivamente:

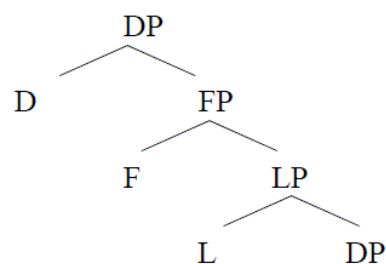
(8) Nominais de processo<sup>32</sup>:



Como podemos notar, na estrutura dos nominais de processo, são encontradas projeções referentes a verbos (*v* e *Aspect*) e projeções típicas dos nomes (FP → Número/ Concordância).

Para os nominais de resultado, a estrutura proposta é a seguinte:

(9) Nominais de resultado:



<sup>32</sup> Na representação, L<sup>0</sup> = Núcleo Lexical.

Como podemos observar, as projeções funcionais típicas de verbos não estão presentes na estrutura para os nomes de resultado. Nas palavras da autora:

(...) a diferença entre nominais de resultado e de processo não está na estrutura argumental, uma vez que ambos podem ter complementos, antes disso a diferença se relaciona à presença ou ausência das camadas funcionais que acarretam leituras de processo/evento<sup>33</sup> (ALEXIADOU, 2001, p. 81).

A proposta de Alexiadou (2001), em parte, vem ao encontro do desenvolvimento de nossa análise, pois: (a) assume que todo nome apresenta uma estrutura argumental; (b) apresenta uma estrutura que captura a diferença sintática entre as nominalizações de processo e resultado, pautada na presença ou não de certos núcleos funcionais. Entretanto, ainda que isso seja interessante e que a proposta da linguista esteja certa para os dados do grego, o fato é que o português brasileiro não funciona como a língua grega, impedindo que generalizações realizadas por Alexiadou sejam totalmente corroboradas. Um exemplo disso, como pretendemos deixar mais claro na seção 4.1.1, é que para o português brasileiro justamente a classificação dos nominais como sendo de processo e/ou resultado não se efetiva apropriadamente<sup>34</sup>. Por isso, a utilização dessa classificação a fim de justificar a possibilidade ou não da leitura agentiva do(s) argumento(s) realizado(s) na nominalização para o português brasileiro não é uma alternativa tão boa, como parece ser para os dados do grego.

Assim sendo, não descartando a análise de Alexiadou completamente, consideraremos a proposta de Oliveira (2009) já que seu viés olha mais detidamente para o português brasileiro. Por conta disso, pensamos que tal abordagem pode nos oferecer um tratamento capaz de dar conta das construções aqui analisadas, sem perder as vantagens de Alexiadou. Dessa forma, passamos a apresentar o sistema proposto por Oliveira (2009), a partir de seu estudo sobre a derivação prefixal e sufixal no português brasileiro.

---

<sup>33</sup> "(...) the difference between result and process nominals is not one of argument structure, since both nominal types can have complements, but rather it relates to the presence vs. absence of functional layers that bring about process/event readings" (ALEXIADOU, 2001, p.81).

<sup>34</sup> A partir da sinalização que Grimshaw faz sobre o fato de as nominalizações serem ambíguas entre uma leitura de resultado e processo, perguntamo-nos se essa classificação dos nominais se efetivaria apropriadamente para alguma língua.

### 3.5 OLIVEIRA (2009): UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

Em sua tese de doutoramento, Oliveira (2009) faz um estudo minucioso sobre a derivação prefixal e sufixal no português brasileiro dentro da abordagem teórica da Morfologia Distribuída, portanto, sob um viés não lexicalista. O trabalho é subdividido em três partes sendo que, na primeira, a autora apresenta os princípios da teoria adotada; na segunda, dedica-se à investigação da estrutura de eventos a partir de uma perspectiva não lexicalista; na terceira seção, a autora desenvolve sua proposta de análise mais efetivamente.

Devido às contribuições dadas à nossa pesquisa, retomamos nas seções seguintes, em linhas gerais, os apontamentos de Oliveira acerca da estrutura de eventos, bem como a proposta de análise por ela apresentada, para as derivações de cunho sufixal, atentando-nos exclusivamente às formações nominais.

#### 3.5.1 Estrutura de eventos sob um viés não lexicalista

De acordo com Oliveira (2009), informações cruciais referentes ao comportamento sintático de um determinado item lexical são provenientes de sua estrutura argumental. Por isso, pautada na Teoria de Regência e Ligação, a autora entende que:

os constituintes obrigatórios de uma sentença são determinados pelas propriedades semânticas dos predicados (verbos, adjetivos, nomes e preposições). Todo predicado tem sua estrutura de argumento, ou seja, todo predicado é especificado para o número e tipos de argumentos que ele requer. A relação semântica entre os itens lexicais e seus respectivos argumentos é referida em termos de *papéis temáticos* ou *funções temáticas* ou ainda *funções- $\theta$* . (...) Assim, a semântica lexical que é sintaticamente relevante restringe-se aos papéis temáticos que o predicado requer (OLIVEIRA, 2009, p.55).

Contudo, como indica a autora, ainda que a Teoria da Regência e Ligação tenha se desenvolvido e culminado no Programa Minimalista, uma abordagem como essa tem recebido críticas de alguns linguistas, já que estes consideram que existe a necessidade de se observarem também as eventualidades dos verbos, uma vez que “a introdução do argumento *evento* na análise dos verbos permite tornar mais explícito o tratamento dos papéis temáticos, que passam a ser encarados como

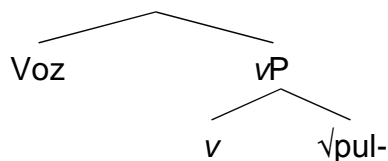
relações entre os eventos e seus protagonistas” (OLIVEIRA, 2009, p.55). Por conta disso, Oliveira faz uma retomada dos tipos de eventos e suas representações semânticas a partir de Vendler (1967) e demais autores que se dedicam a esse estudo<sup>35</sup>. Embora não iremos apresentar a exposição feita pela autora, remetemos o leitor à seção 4.2 de sua tese.

O que nos interessa mais de perto é a representação da estrutura de evento na sintaxe por ela explicitada, a partir dos trabalhos de Marantz (2005a, 2005b, 2006a, 2007a, 2007b) e Medeiros (2008).

Essencialmente, o que temos nessa proposta é a inserção da interpretação semântica na estrutura sintática, sendo que existe um núcleo funcional *v* (vezinho) introdutor de um evento/uma eventualidade (estado) e um núcleo de Voz, acima de *vP*, que relaciona o argumento externo (agente causador).

Quanto aos eventos, eles podem ser de atividades mono-eventivas ou bi-eventivas. Os primeiros têm o *v* concatenado diretamente à raiz (verbos como “correr”, “pular”, “cantar”). “Neste caso, a raiz é interpretada como o traço ‘modificador de evento’, especificando o tipo de atividade denotada pelo verbo como um só evento (ou uma eventualidade), um evento de atividade mono-eventiva” (OLIVEIRA, 2009, p. 67). O exemplo dado por Marantz é traduzido por Oliveira como apresentado em (10):

(10) João pulou.



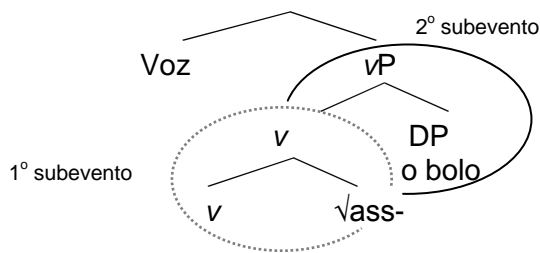
No que diz respeito aos eventos de atividades bi-eventivas temos as seguintes situações<sup>36</sup>:

<sup>35</sup> Dowty (1979), Chierchia (2003), Rothstein (2004), Verkuyl (1993), Levin (1999, 2000), todos eles citados pela autora.

<sup>36</sup> Seguiremos a apresentação tal qual Oliveira (2009) o faz.

- (a) Verbos com tema incremental ou verbos de criação que têm objeto direto. Exemplo: *limpar, varrer, pintar, construir*. Neste caso, o *v* concatenado à raiz (que porta o traço de modificador do evento) cria um primeiro subevento. A interpretação do objeto direto decorre do segundo subevento, sendo que a relação entre os dois subeventos é de causa (interpretação causativa). O exemplo apresentado é visto em (11):

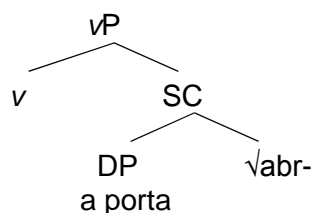
(11) Assar o bolo



De acordo com Oliveira (2009), a relação de causa entre os eventos e de mudança de estado do DP é interpretada estruturalmente em LF, e não através do operador CAUSE ou BECOME.

- (b) Em construções como “Abrir a porta”, por exemplo, verificamos duas eventualidades, sendo uma dinâmica e outra estativa. Nestes casos, “as raízes servem como núcleo do complemento de *v*” (portanto, de um evento causado mais interno) e as eventualidades são “interpretadas como estados ou causadas, como parte de uma *small-clause*”. Sua interpretação de mudança de estado será determinada pela posição sintática como irmã de *v*. O exemplo apresentado é visto em (12):

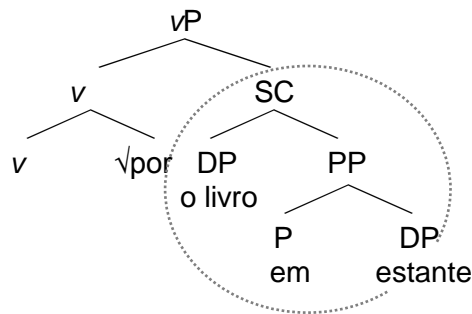
(12) Abrir a porta



Quando tivermos atividade agentiva, um núcleo Voz irá se adjungir acima de vP, para licenciar uma posição ao argumento externo, conforme lembra Oliveira (2009) a partir de Marantz.

- (c) Em formações como “colocar o livro na estante”, temos novamente uma atividade bi-eventiva, uma vez que o verbo contém dois argumentos internos, sendo que o complemento da raiz é “uma *small clause* que denota um evento complexo”. Em casos como esse, a eventualidade estativa denotada pela *small clause* será “interpretada como mudança de estado causada pela atividade de v” (OLIVEIRA, 2009, p. 70). A representação pode ser verificado em (13):

(13) Pôr o livro na estante



Eventualidade estativa interpretada como mudança de estado causada pelo v.

Depois dessa explanação, a autora segue com a apresentação das eventualidades denotadas pelos verbos que têm raízes com o prefixo *re-* a partir dos estudos de Marantz<sup>37</sup>.

Na sequência de sua exposição, Oliveira (2009) explicita a classificação que Medeiros (2008) apresenta para as raízes; apresentação que decorre do desenvolvimento da perspectiva de Marantz, que foi explicitada acima. É importante pontuar que Medeiros (2008, p.149) considera as raízes “como modificadoras de eventualidades, sem, portanto, papéis temáticos para atribuir ou grades de argumentos”. Sendo assim, temos: (i) raízes que denotam estado resultante ou alvo; (ii) raízes de modo de atividade; (iii) raízes de modo de movimento; (iv) raízes que denotam mudança de estado; (v) raízes que denotam estado. É a partir disso, então,

<sup>37</sup> Como não abordaremos essa questão neste trabalho, remetemos o leitor às páginas 70 e 71 da tese de Oliveira (2009).



que Oliveira (2009) apresenta a sua proposta de análise, da qual pretendemos nos valer para explicar as construções relevantes à nossa pesquisa.

### 3.5.2 A análise de Oliveira

Uma primeira observação que deve ser feita diz respeito à maneira como a autora entende o significado das formações derivadas. Nas palavras dela:

O significado das palavras derivadas é obtido composicionalmente a partir da sintaxe, através da interação entre os traços semânticos-aspectuais dos afixos e as propriedades semânticas das raízes, e não devido a propriedades seletivas das raízes (OLIVEIRA, 2009, p.78).

Tendo isso em mente, a linguista evidencia os traços aspectuais primitivos que podem co-ocorrer nos afixos por ela tratados<sup>38</sup>:

- (i) **Cursivo**: evento dinâmico em pleno desenvolvimento ou em curso. Exemplo: *navegante*;
- (ii) **Factivo/causativo**: leva alguém, especificado ou não, a sofrer uma ação, atribuindo-lhe uma qualidade ou modo de ser. Exemplo: *alfabetizar*;
- (iii) **Habitual**: evento próprio de um período estendido no tempo. Exemplo: *vendedor*;
- (iv) **Incoativo**: refere-se a uma mudança de estado e está relacionado à inceptividade, já que indica o começo de um novo estado. Exemplo: *florescer*;
- (v) **Iterativo**: denota um evento que se repete uma ou mais vezes. Exemplo: *recomeçar*.

Tendo apresentado os traços dos afixos, Oliveira (2009) parte para a discussão a respeito da semântica das raízes, propondo cinco diferentes classes para elas<sup>39</sup>: (i) Classe I: raízes que expressam nomeação/designação; (ii) Classe II: raízes que denotam estados ou propriedades, ou estados psicológicos ou mentais; (iii) Classe III: raízes que denotam (modos de) atividade; (iv) Classe IV: raízes que

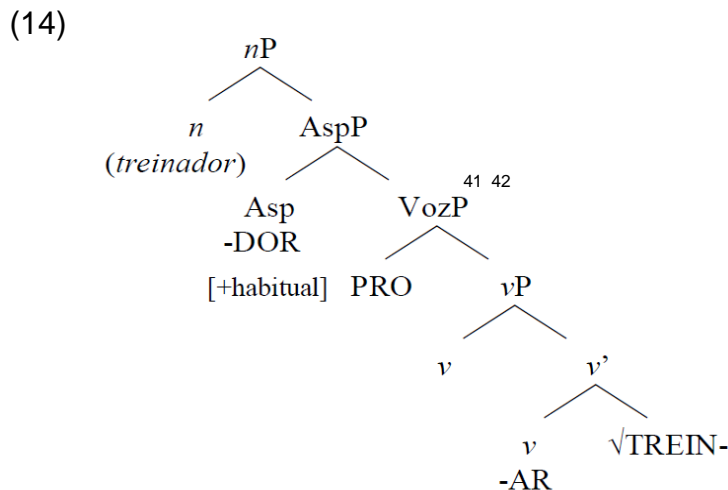
<sup>38</sup> A saber: *-nte*; *-iz(ar)*; *-dor*; *-ec(er)/esc(er)*; *re-*; *des-*

<sup>39</sup> Tipologia criada pela autora, a partir do desenvolvimento das propostas de Marantz(2007) e Medeiros(2008).

denotam processos; (v) Classe V: raízes que denotam eventos de criação, destruição ou de tema incremental. A caracterização de cada uma das classes é minuciosamente detalhada ao longo da tese de Oliveira, com exemplos e representações estruturais das derivações. Para os fins de nossa pesquisa, iremos nos ater às raízes das classes III, IV e V<sup>40</sup>, ressaltando os pontos que julgamos ser relevantes para a nossa análise.

### 3.5.2.1 Raízes de Classe III

As raízes que pertencem a essa classe denotam uma situação dinâmica que envolve um agente, e se combinam, de acordo com Oliveira (2009), com: (a) afixo que porte o traço semântico de [oposição/contrário de], como o prefixo *des-*; (b) afixo que porte o traço aspectual iterativo, por exemplo, *re-*; (c) afixo nominalizador com traço aspectual cursivo que expresse agentividade, por exemplo, *-nte*; (d) afixo nominalizador que porte o traço aspectual habitual, por exemplo, *-dor*. Segue na ilustração abaixo, a representação estrutural e a representação sintática de evento da formação *treinador*, conforme apresentado por Oliveira (2009, p.92), em (14):



A leitura da representação evidencia-nos que

<sup>40</sup> Isso porque as nominalizações selecionadas aleatoriamente pertencem a essas classes de raízes.

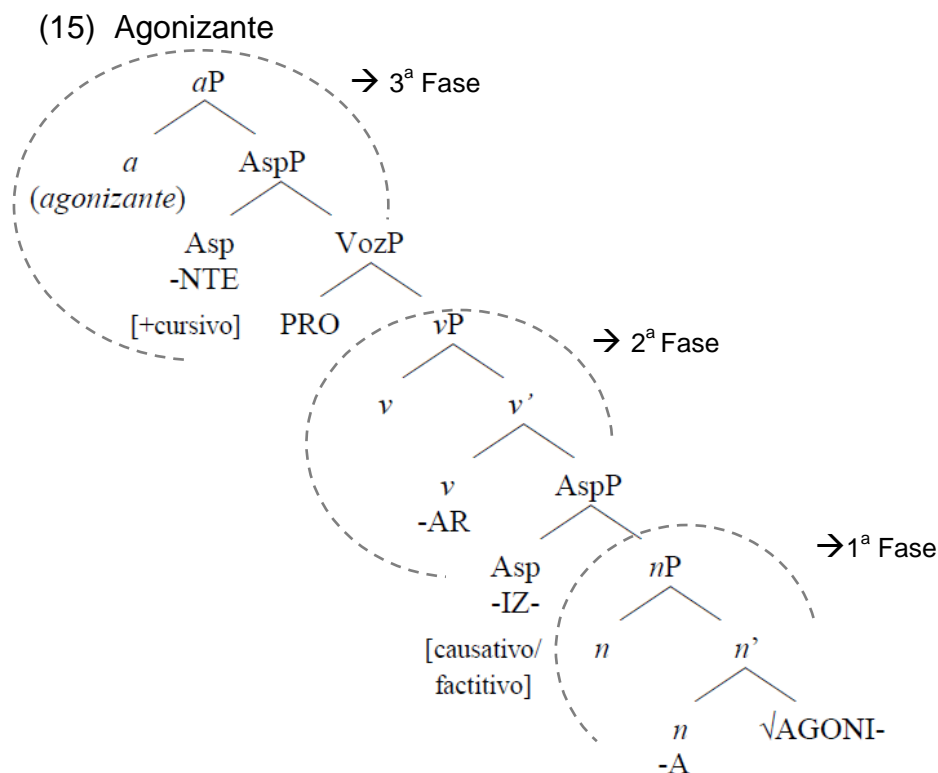
<sup>41</sup> Na representação, embora não explicitado na tese, Oliveira propõe que PRO esteja projetado no especificador de Voz, especificando o agente interno ao verbo, conforme esclarecido em comunicação pessoal.

<sup>42</sup> Embora não contemplada na proposta de Oliveira, pensamos ser necessária a presença de um núcleo de Voz. Fica em aberto a questão sobre a possibilidade de alguma realização fonética que evidenciasse a existência desse núcleo. A princípio, e de acordo com Oliveira em comunicação pessoal, tal realização não seria preciso, pelo fato de Voz ser uma evidência semântica.

a raiz  $\sqrt{\text{TREIN-}}$  porta o traço semântico de atividade e o núcleo funcional Asp domina o sintagma verbal, dando-lhe uma interpretação de habitualidade. PRO especifica o agente do verbo interno à derivação, que é quem exerce a eventualidade denotada pelo verbo (treinar) interno à formação (OLIVEIRA, 2009, p.92).

### 3.5.2.2 Raízes de Classe IV

Essas são raízes que se referem tanto às situações dinâmicas que possuem duração interna, quanto às situações habituais que se estendem no tempo e apresentam a ideia de um agente/causador. Combinam-se com: (a) afijos que portam traço semântico [oposição/contrário de]; (b) afijos com traço aspectual iterativo; (c) afixo nominalizador com traço aspectual habitual; (d) afixo nominalizador com traço aspectual cursivo como *-nte*. Elas são denotadoras de processos. Segue em (15) a representação de Oliveira<sup>43</sup> (2009, p. 94) para a construção “agonizante”:



Segundo a autora:

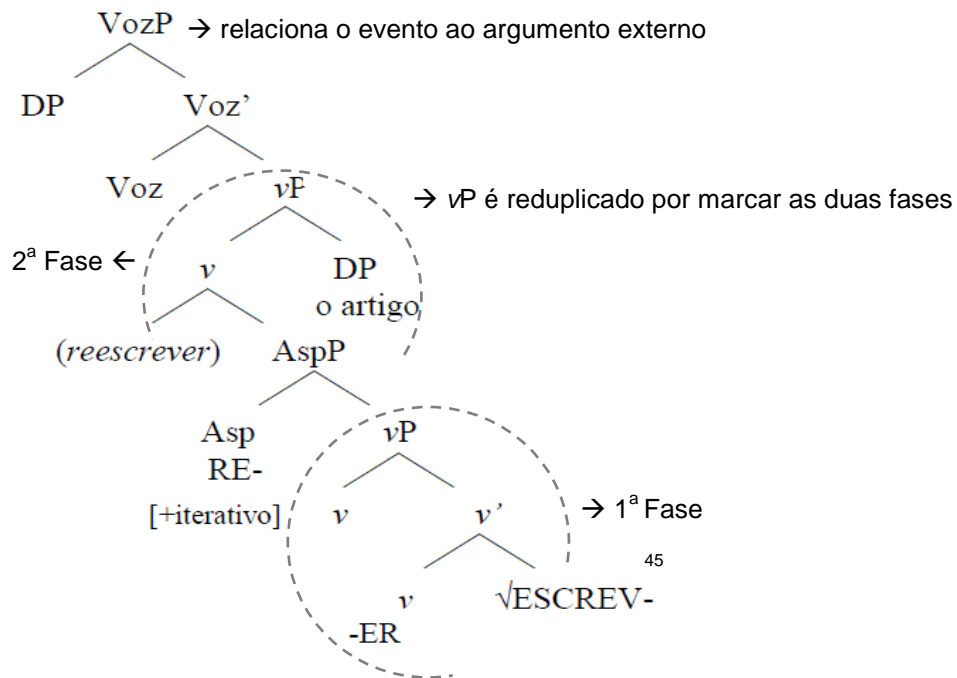
<sup>43</sup> Adaptamos um pouco a representação original, inserindo os círculos concernentes às fases da derivação, conforme a Derivação por Fases também assumida pela autora.

a representação mostra que o núcleo adjetivador *a* concede um atributo ao portador da eventualidade denotada pelo verbo mais encaixado (*agonizar*). A interpretação é atribuída à formação derivada *agonizante*, que já tem amalgamada em seu significado a soma da semântica da raiz mais os traços aspectuais dos sufixos *-iz-*, *-ar* e *-nte* (OLIVEIRA, 2009, p.94).

### 3.5.2.3 Raízes de Classe V

Essas são raízes que indicam eventos de criação, destruição ou de tema incremental<sup>44</sup> e se combinam com: (a) afijos com traço aspectual iterativo; (b) afijos com traço semântico de [“oposição/contrário de”]; (c) afijos com traço aspectual agentivo/habitual. Os verbos dessas formações apresentam um objeto paciente (sofre mudança de estado) e um agente ou causador da mudança no objeto. Segue em (16) a representação de Oliveira (2009, p. 96) para a forma ‘reescrever’.

#### (16) Reescrever



Uma vez apresentadas as classes de raízes, na terceira parte de sua tese Oliveira (2009) apresenta a aplicação de sua proposta na explicação dos processos

<sup>44</sup> Que significa “alteração física no objeto”.

<sup>45</sup> Mantivemos a representação proposta por Oliveira, entretanto, como pontuado por Scher em comunicação pessoal (e com quem concordamos), verbos como ‘adscrever’, ‘circunscrever’, ‘descrever’, entre outros, podem ser evidências de que há mais estrutura interna em formações como ‘escrever’.

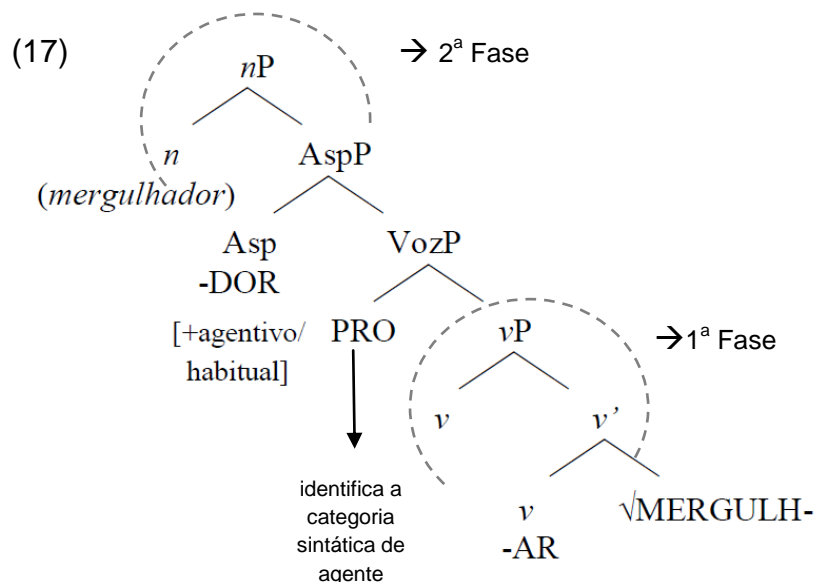
derivacionais prefixais e sufixais nas formações dos verbos, nomes e adjetivos, tendo presente os afixos por ela selecionados. Como já dissemos anteriormente, vamos nos ater ao que a autora expõe sobre a derivação sufixal; o que passamos a apresentar.

### 3.6 A DERIVAÇÃO SUFIXAL DE FORMAS NOMINALIZADAS

Devido aos propósitos de nossa pesquisa, apresentaremos na sequência duas derivações que julgamos melhor colaborar com a explicação de nossos dados e que deixarão mais clara a representação que propomos. Para a verificação de todas as derivações apresentadas por Oliveira, remetemos o leitor aos capítulos 5 e 6 da tese da autora.

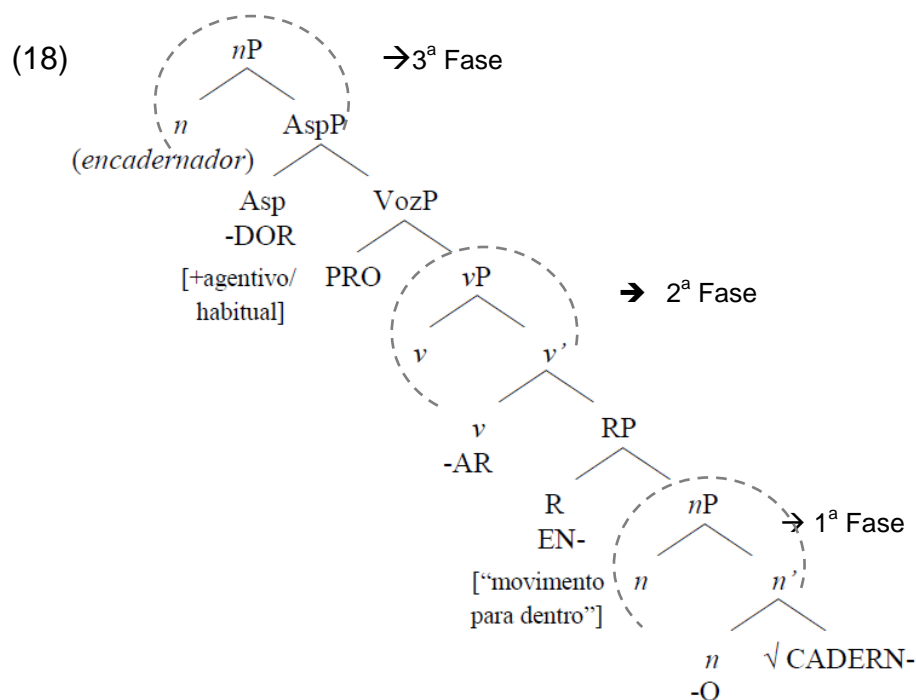
#### 3.6.1 Formações com o sufixo *-dor*

De acordo com Oliveira (2009), as formações em *-dor* podem ocorrer com verbos que denotam modos de atividade; verbos de criação, destruição ou tema incremental; verbos que denotam processos. Assim, temos como representação para formações com verbos que denotam modos de atividade o nominal “mergulhador”, cuja representação da estrutura e da estrutura sintática de argumento é vista em (17):



Essencialmente, na primeira fase ou domínio cíclico, ocorre a concatenação da raiz com o sufixo *-ar*; o sufixo *-dor* em Asp tem semântica compatível com o traço [+atividade] da raiz, por ser [+agentivo/habitual]; *mergulhar* concatena-se com *-dor*, fechando assim a segunda fase da derivação. PRO identifica a categoria de agente daquele que “exerce a eventualidade denotada pelo verbo interno à formação” (OLIVEIRA, 2009, p.178). A mesma representação se aplica ao nominal “apresentador”.

A próxima formação que apresentaremos, decorre de verbos de criação, destruição ou tema incremental que são transitivos e denotam a ação de causar ou um evento de criação ou de mudança de estado<sup>46</sup>. O exemplo de representação é com o nominal “encadernador” e pode ser conferido em (18):



Em (18) temos que o nominal “encadernador” tem três fases, sendo que na primeira a raiz se concatena ao morfema nominalizador *-o*, formando “caderno”. Na segunda fase da derivação, o núcleo funcional *v* instaura a ação formando “encadernar”; na terceira fase, o sufixo nominalizador *-dor* atribui ao sintagma verbal uma interpretação dinâmica, finalizando a terceira fase da derivação no domínio de um outro *n* (OLIVEIRA, 2009, p.180).

<sup>46</sup> Segundo Oliveira, esses verbos pertencem às raízes de Classe V.

Em linhas gerais, é essa a proposta sugerida por Oliveira, a qual acataremos. Isso porque, quando Alexiadou discute a realização dos sintagmas genitivos presentes nas nominalizações do grego, analisando as possibilidades de apreensão da leitura agentiva deles, é relevante para sua abordagem que as formações sejam classificadas como sendo de processo ou resultado. Segundo a análise da linguista, nominalizações do tipo ‘katastrofi’ (‘destruição’), que têm sempre uma leitura de processo, não admitem interpretação agentiva do argumento realizado como sintagma genitivo. Ele sempre será interpretado como objeto afetado. Por outro lado, quando os dois argumentos estão presentes, o agente sempre será introduzido pela preposição ‘apo’ (um *by-phrase* equivalente à preposição ‘por’).

Todavia, como dissemos na seção 3.4 e aprofundaremos em 4.1.1, no português brasileiro, a distinção entre nominalizações de processo e resultado não parece ser evidência suficiente para determinar as possibilidades de interpretação que o argumento presente na nominalização pode receber, visto que a leitura de agente é possível de ser apreendida tanto em contextos considerados eventivos, como nos de resultado<sup>47</sup>. Sendo assim, uma vez que a proposta de Oliveira (2009) não nos obriga a distinguir as nominalizações como sendo de processo ou resultado, considerando, ao invés disso, a Classe de Raízes a que o nominal pertence bem como a composicionalidade do significado das formações, a presença do núcleo funcional a permitir a apreensão da leitura agentiva pode ser postulada sem muitas restrições.

Entretanto, antes de finalizarmos o capítulo, cabe-nos evidenciar que ao derivar a formação ‘mergulhador’, a linguista associa ao sufixo *-dor*, além do traço [habitual], o traço [agentivo], diferentemente do que havia feito na derivação de ‘treinador’, vista em (14), onde o sufixo só portava o traço [habitual] e a agentividade ficava concentrada na projeção de Voz. Associar a agentividade ao sufixo *-dor* acarreta, por exemplo, em redundância de agentividade expressa tanto no sufixo quanto em VozP e coloca em questão formações como ‘fervedor’, ‘abridor’, ‘regador’ em que temos uma leitura de instrumento, mas não de agente. Se o sufixo *-dor* traz

---

<sup>47</sup> Embora não discutida neste trabalho, há ainda a possibilidade de existir certa ambiguidade entre as leituras de agente e possuidor em contextos cuja leitura seria de resultado. Pensemos, por exemplo, formações como ‘A *plantação do seu João*’, em que a nominalização indicaria o resultado, o sintagma [do seu João]. Conforme nosso julgamento, pode ser agente (aquele quem realizou a plantação) ou possuidor (aquele a quem a plantação pertence).

o traço [+agentivo], como explicaríamos essas construções? Como nosso objetivo aqui não é revisar epistemologicamente a proposta da linguísta, vamos assumi-la sem perdermos de vista este ponto, deixando o refinamento das estruturas por ela apresentadas para pesquisas futuras.

### 3.7 FINALIZANDO O CAPÍTULO

Ao longo deste capítulo realizamos uma revisão da literatura já escrita sobre nominalizações, privilegiando alguns dos trabalhos mais expressivos sobre o assunto. Sendo assim, partimos inicialmente das discussões realizadas dentro da abordagem lexicalista, discutindo os trabalhos de Noam Chomsky (1970) e de Grimshaw (1990). Em seguida, apresentamos algumas análises feitas em Morfologia Distribuída, destacando os estudos desenvolvidos por Harley e Noyer (1998), Alexiadou (2001) e, por fim, Oliveira (2009).

No próximo capítulo, trataremos de analisar os dados do português brasileiro, apresentados no Capítulo 1, à luz do panorama bibliográfico aqui apresentado, sobretudo a partir da proposta de Oliveira (2009).



## 4 DA ANÁLISE

No capítulo anterior, expusemos alguns dos pontos já discutidos na literatura sobre as nominalizações, os quais julgamos relevantes para o tratamento que daremos aos fatos verificados em nossos dados. Nesta seção, pretendemos, de alguma maneira, demonstrar como esses pontos dialogam com a nossa questão, ao mesmo tempo em que abrem caminhos para outras discussões. A seção está organizada da seguinte forma: (i) primeira parte em que pretendemos descrever um pouco mais detalhadamente os fatos empíricos por nós observados, retomando os exemplos apresentados no capítulo 1; (ii) segunda parte na qual procuraremos perceber mais detidamente de que maneira a proposta de Oliveira (2009) nos ajuda a entender melhor nossa questão.

### 4.1 DESCRIÇÃO EMPÍRICA

Como apresentado por Alexiadou (2001), os pesquisadores que se voltam para o estudo das nominalizações, têm encaminhado suas análises para a investigação das projeções funcionais que se encontram dentro de NP, bem como para o tratamento do estatuto de Spec/DP como uma posição A ou A' (A-barra). Se é verdade que, nessas abordagens, muitas semelhanças entre sentenças e nomes já foram encontradas, é certo que “o caráter defectivo dos nomes na sua estrutura funcional e o fato de que tais projeções são radicalmente diferentes daquelas encontradas em verbos” também foram verificados.

Dentre tantos fatores, a autora mostra que, no grego, os nominais podem advir tanto de verbos transitivos/agentivos como de intransitivos. As construções derivadas de verbos intransitivos se subdividem entre: (i) oriundas de inacusativos; (ii) oriundas de inergativos. Por sua vez, os nominais derivados dos verbos transitivos agentivos também se subdividem em duas classes. Assim sendo, nominais como *katastrofi* ('destruição') sempre recebem leitura de processo, enquanto que os do tipo *perigrafí* ('descrição') são ambíguos entre leitura de resultado e processo.

Argumentando sobre a diferença entre estes nominais, Alexiadou observa que predicados como *be inexact* ('ser inexato') não são compatíveis em construções que sempre recebem leitura de processo, tornando-as agramaticais. O exemplo dado pela autora é o que está apresentado em (1)<sup>48</sup> (ALEXIADOU, 2001, p.37):

(1) a. *i katastrofi tis polis se pende lepta*  
 the destruction the city-gen in five minutes  
 'The destruction of the city in five minutes'<sup>49</sup>

b. \**i katastrofi tis polis (se 5 lepta) itan anakrivis*  
 the destruction the city-gen (in 5 minutes) was inexact

Em (1b) *itan anakrivis* cria um contexto que acarreta uma leitura de resultado, o que explica a agramaticalidade apresentada, mesmo se o modificador aspectual (*se pende lepta*) for removido. Por sua vez, isso não acontece com os nominais do tipo *perigrafi* ('descrição'), que são ambíguos entre as leituras de processo e resultado.

Os exemplos por ela apresentados podem ser observados em (2):

(2) a. *i perigrafi tu Jani ja 1 ora*  
 The description the-John-gen for an hour  
 'The description of John for an hour'<sup>50</sup>

b. \**i perigrafi tu Jani ja mia ora itan anakrivis*  
 the description the John-gen for an hour was inexact

c. *i perigrafi tu Jani itan anakrivis*  
 the description the John-gen was inexact  
 'John's description was inexact'

De acordo com a autora, construções como (2c) são gramaticais, mesmo com a remoção do modificador aspectual (*ja mia ora*), visto que em decorrência do

<sup>48</sup> Manteremos a glosa exatamente como está no texto original, para sermos fiéis ao que Alexiadou apresenta em sua tese.

<sup>49</sup> 'A destruição da cidade em cinco minutos'. (Tradução nossa).

<sup>50</sup> 'A descrição do João por uma hora'. (Tradução nossa).

contexto produzido por *itan anakrivis* a leitura de processo é excluída. Já em (2a), cuja leitura de resultado não se verifica, o sintagma genitivo “é sempre interpretado como o objeto/entidade afetado pelo predicado, ou seja, ser destruído ou ser observado<sup>51</sup>” (ALEXIADOU, 2001, p. 37-38). No entanto, no contexto em que temos uma leitura de resultado, tal como (2c)<sup>52</sup>, o sintagma genitivo não pode ser interpretado como tema e será necessariamente interpretado como o possuidor, sendo aquele que realizou a descrição, portanto, carregando uma leitura agentiva.

Neste instante, parece-nos conveniente olharmos para os dados do português brasileiro, a fim de verificarmos se o que ocorre no grego, também acontece em língua portuguesa. A princípio, essa primeira descrição tratará dos nominais oriundos de verbos transitivos (ou bi-argumentais) tendo apenas um sintagma genitivo presente na estrutura da nominalização.

#### 4.1.1 Nominalizações com um sintagma genitivo realizado

Tendo presente as observações feitas por Alexiadou (2001) acerca dos nominais formados a partir de verbos transitivos agentivos, consideremos para o português brasileiro o conjunto de verbos tais como: *apresentar, averiguar, alimentar, afinar, acelerar, acomodar, animar, administrar, aprovar, arguir, indicar, invadir, capacitar, comparar, compor, configurar, contestar, coroar, criar, declarar, destruir, descrever, digitar, divulgar, elaborar, encarnar (uma personagem), esfregar, estruturar, formular, fundir*. Todos eles são verbos transitivos agentivos e de todos podemos derivar uma nominalização em *-ção*.

Como vimos anteriormente, de acordo com Alexiadou, nos dados do grego, o sintagma genitivo realizado na nominalização será sempre interpretado como o objeto afetado pelo predicado, quando a formação exibir uma leitura de processo. Na seção 3.4, porém, já adiantamos que, para o português brasileiro, essa classificação da construção como sendo de processo e/ou resultado não é a distinção relevante para determinarmos qual leitura o argumento realizado pode receber, pois nossa língua apresenta um comportamento diferente, quando

<sup>51</sup>“On the process reading (25a), the genitive argument is always interpreted as the object/entity affected by the predicate, i.e., being destroyed or being observed”.

<sup>52</sup> No texto, a autora faz referência ao exemplo por ela apresentado em (28), que é: *i paratirisi tu Jani itan anakrivis* ‘John’s observation was inexact’.

comparada ao grego. Para demonstrarmos essa afirmação, vamos seguir o mesmo raciocínio de Alexiadou (2001).

Logo, a primeira pergunta que nos fazemos, antes mesmo de investigar as possibilidades interpretativas do argumento realizado, é quais nominalizações derivadas do nosso conjunto de verbos permitem apenas uma leitura de processo, estando próximas, portanto, das formações gregas do tipo 'katastrofi'? Uma vez que no grego o predicado *itan anakrivis* exclui a leitura de processo, precisamos de um predicado equivalente no português brasileiro para, assim, testarmos com quais nominalizações ele é compatível. Para aquelas formações em que o predicado equivalente não for compatível, somente a leitura de processo será possível o que, logicamente, responderá a nossa questão.

Em português brasileiro, o predicado que permite somente a apreensão de uma leitura de resultado é 'é interessante'. Submetendo as nominalizações derivadas do conjunto de verbos anteriormente apresentado ao teste de julgamento, temos que poucas foram as formações em que ocorreu incompatibilidade na leitura de resultado ou esta foi apenas razoável, é o que apresentamos nas construções em (3):

- (3) a. (?) A digitação do Pedro é interessante .
- b. (?) A esfregação do Pedro é interessante.
- c. (?) A capacitação do Pedro é interessante.

De acordo com o julgamento, temos, então, que as formações em (3 a-c) são somente de processo e, como consequência, o sintagma [do Pedro] só deveria receber uma leitura de objeto afetado. O que, entretanto, não nos parece ser o caso. Antes, pensamos que a leitura que se apreende do argumento realizado é agentiva.

Para além disso, cabe-nos pontuar que ao contrário do que ocorre no grego em que 'katastrofi' ('destruição') sempre recebe uma leitura de processo, em português brasileiro a nominalização 'destruição' apresenta compatibilidade com o predicado de resultado 'é interessante', como podemos observar em (4)<sup>53</sup>:

---

<sup>53</sup> Esse fato nos faz pensar se o tipo de argumento realizado na nominalização não auxiliaria também na apreensão favorável da leitura com o predicado 'é interessante'.

- (4) a. A destruição da ponte é interessante.  
 b. A destruição dos arquivos é interessante.  
 c. A destruição da cidade é interessante.  
 d. A destruição dos focos da dengue é interessante.  
 e. A destruição da camada de ozônio (não) é interessante.

Diante do que apresentamos, alguém poderia se perguntar se a compatibilidade verificada nas nominalizações do português brasileiro com o predicado 'é interessante' não seria uma evidência empírica para postular que, nessa língua, elas são ambíguas entre uma leitura de processo e resultado, funcionando como o nominal grego *perigrifi* ('descrição').

Por conta disso, julgamos relevante submeter as nominalizações ao teste de julgamento de compatibilidade com um predicado do português brasileiro equivalente ao '*se pende leptá*' ou '*já mia ora*' do grego, que exprime uma leitura de processo. Esse teste nos permitirá determinar tanto as nominalizações consideradas ambíguas entre uma leitura de processo e resultado, quanto aferir aquelas que são somente de resultado.

Em português, o predicado que admite somente uma leitura eventiva (ou processo) é '*em X tempo*'. Assim, temos que a compatibilidade foi positiva nas formações apresentadas em (5):

- (5) a. A destruição da ponte em duas horas.  
 b. A alimentação dos animais em duas horas.  
 c. A aprovação do Pedro em duas horas.  
 d. A arguição do Pedro em duas horas.  
 e. A invasão do exército em duas horas.  
 f. A capacitação do Pedro em duas horas.  
 g. A configuração do computador em duas horas.  
 h. A digitação do Pedro em duas horas.  
 i. A elaboração do Pedro em duas horas.  
 j. A estruturação do Pedro em duas horas.  
 k. A formulação do Pedro em duas horas.  
 l. A fundição do metal em duas horas.

A partir disso e confrontando as construções em (5) com aquelas apresentadas em (3) podemos deduzir que do conjunto por nós selecionado temos como nominalizações:

- a) de resultado: apresentação, averiguação, indicação, afinação, aceleração, acomodação, animação, administração, comparação, composição, contestação, coroação, criação, declaração, descrição, divulgação, esfregação;
- b) de processo: digitação e capacitação;
- c) de processo e resultado: destruição, alimentação, aprovação, arguição, invasão, configuração, elaboração, estruturação, formulação, fundição.

Pensamos que, neste momento, fica evidente que essa classificação não funciona para os dados do português brasileiro, como já dissemos anteriormente. Primeiro, se está certo que o nominal ‘apresentação’, ‘averiguação’, ‘divulgação’, etc, são de resultado, o argumento realizado não deveria receber uma leitura de tema. Contudo, não é isso que verificamos em (6):

- (6) a. A apresentação do Pedro é interessante.
  - a'. A apresentação do Pedro superou as expectativas.
  - b. A averiguação do Pedro é interessante.
  - b'. A averiguação do Pedro superou as expectativas.
  - c. A divulgação do Pedro é interessante.
  - c'. A divulgação do Pedro superou as expectativas.

Acreditamos que para cada uma das formações apresentadas em (6) é possível que o sintagma [do Pedro] seja interpretado como tema, conforme as paráfrases apresentadas em (7):

- (7) a. Alguém apresentou o Pedro e isso foi interessante.
  - a'. Alguém apresentou o Pedro e superou as expectativas.
  - b. Alguém averiguou o Pedro e isso foi interessante.
  - b'. Alguém averiguou o Pedro e isso foi interessante.
  - c. Alguém divulgou o Pedro e isso foi interessante.

c'. Alguém divulgou o Pedro e isso foi interessante.

Além disso, se as mesmas nominalizações forem submetidas a outros contextos, a determinação das leituras de processo e de resultado pode se alterar. Para deixar mais claro o que queremos dizer, observemos as formações em (8):

- (8) a. A apresentação do Pedro demorou horas.
- b. A afinação do técnico demorou horas.
- c. A averiguação do Pedro demorou horas.

Não há dúvidas de que em (8a-c) a leitura que temos agora é de processo e, a rigor, a gramaticalidade das construções não deveria ser verificada uma vez que as nominalizações ‘apresentação’, ‘afinação’ e ‘averiguação’, pela classificação realizada, são de resultado. Ademais, em um contexto como esse, os argumentos realizados na nominalização deveriam receber uma leitura de tema, o que, novamente, pensamos não ocorrer, pois há a possibilidade de eles receberem uma interpretação agentiva.

Observação semelhante a essa que fizemos, é discutida por Oliveira<sup>54</sup> (2006) em artigo intitulado “Nominalizações de evento/processo e nominalizações de resultado: diferenças estruturais”. No trabalho, a linguista sugere que para o português brasileiro, diferente do que ocorre no inglês, o tipo de leitura da nominalização está associado a “um conjunto de propriedades contidas no predicado” (OLIVEIRA, 2006, p.497) e não às propriedades argumentais em si. Os exemplos por ela apresentados podem ser verificados em (9):

- (9) a. A destruição da cidade pelos invasores demorou horas.
- b. A destruição demorou horas.
- c. A análise do livro contém duas páginas.
- d. A análise do livro ficou no arquivo.

---

<sup>54</sup> Para evitarmos confusões, o artigo em questão é da linguista Déborah Christina de Mendonça Oliveira (UnB) e não de Solange Mendes de Oliveira (UTP).

Segundo a autora, a leitura de evento/processo em (9a-b) é propiciada por [demorou horas] enquanto que a leitura de resultado é favorecida pelo predicado que indica um atributo em (9c) e pelo que indica localização no espaço em (9d).

Diante do que foi exposto percebemos, portanto, que o tratamento das nominalizações do português brasileiro como sendo de processo e/ou resultado não é evidência para determinarmos as possíveis leituras que o argumento realizado pode receber. Em português, temos formações com leitura de resultado em que o 'agente' não é explicitado, por exemplo, '*A afinação do piano é interessante*'. Por sua vez, também temos formações com leitura de processo sem que o 'agente' seja explicitado, por exemplo, '*A apresentação do trabalho demorou horas*', mas há aquelas, igualmente de processo, em que o 'agente' está presente, por exemplo, '*A apresentação do Pedro demorou horas*'. Por conta disso, não vamos considerar de forma taxativa as nominalizações como sendo de processo e resultado, mas, consideraremos o contexto em que elas aparecem, entendendo a interpretação como sendo de processo ou de resultado composicionalmente em articulação com as propriedades sintático-semânticas do predicado (ou modificador aspectual) que as acompanha, conforme sugerido por Oliveira (2006).

Até este momento, o que fizemos foi, de acordo com o raciocínio de Alexiadou, encontrar dentro do conjunto de nominais derivados dos verbos transitivos selecionados, formações compatíveis (ou não) com os predicados de processo ('em duas horas') e de resultado ('é interessante'). Do teste de julgamento realizado, pudemos organizar as nominalizações em grupos de acordo com as diferentes possibilidades de leitura. Vimos a complicação que essa classificação implica ao português brasileiro. Não é de se espantar, então, o fato de que as duas nominalizações do português brasileiro equivalentes à '*katastrofi*' e '*perigrifi*', a saber, 'destruição' e 'descrição' respectivamente, se diferem quanto à leitura que trazem. Melhor dizendo, enquanto no grego '*katastrofi*' só permite leitura de processo, 'destruição' se faz ambígua entre as leituras de processo e resultado. Por sua vez, enquanto '*perigrifi*' é ambígua entre as leituras de processo e resultado, 'descrição' permite apenas a leitura de resultado, conforme nosso julgamento.

A partir de agora, dedicaremos nossa atenção para as construções nominalizadas que apresentam somente um argumento realizado, expresso por um sintagma introduzido pela preposição 'de', tanto em contextos cuja leitura de



processo é favorecida por um modificador aspectual eventivo, quanto naqueles em que a leitura de resultado é favorecida por um modificador aspectual resultativo.

#### 4.1.2 Possíveis leituras do único sintagma genitivo

No capítulo 1, vimos que as formações de (1a-g), aqui repetidas por conveniência em (10), são ambíguas entre uma leitura de agente ou de tema para o único sintagma genitivo realizado:

- (10) a. A apresentação do Pedro superou as expectativas.  
 b. A contestação do Pedro superou as expectativas.  
 c. A divulgação do Pedro superou as expectativas.  
 d. A administração do Pedro superou as expectativas.  
 e. A animação do Pedro superou as expectativas.  
 f. A declaração do Pedro superou as expectativas.  
 g. A digitação do Pedro superou as expectativas.

Querendo saber se essa ambiguidade permanece nos contextos em que ora a leitura de processo é favorecida, ora a de resultado (de acordo com o raciocínio desenvolvido por Alexiadou, para os dados do grego) notamos que, quanto à leitura de processo<sup>55</sup> (assegurada pelo modificador aspectual ‘em duas horas’), na grande maioria dos casos, a formação não é boa (gramatical) e, por isso, a leitura agentiva do sintagma realizado não se extrai, como apresentado em (11)<sup>56</sup>:

- (11) a. \*A apresentação do Pedro em duas horas.  
 b. \*A averiguação do Pedro em duas horas.  
 c. \*A indicação do Pedro em duas horas.  
 d. \*A animação do Pedro em duas horas.  
 e. \*A declaração do Pedro em duas horas.

<sup>55</sup> Contexto: [[nominalização[sintagma genitivo]]modificador aspectual de processo]

<sup>56</sup> Indicamos ao leitor o grupo das nominalizações: apresentação, averiguação, indicação, animação, administração, comparação, contestação, coroação, criação, declaração, esfregação, composição, descrição, aceleração, aprovação, arguição.

Do conjunto das nominalizações em que a leitura de processo foi compatível, a saber, ‘afinação’, ‘acomodação’, ‘divulgação’, ‘destruição’, ‘elaboração’ e ‘formulação’ notamos que, para três delas, o julgamento de gramaticalidade é equivalente ao do grego. Melhor dizendo, a interpretação que temos do único sintagma genitivo realizado é de objeto afetado, conforme verificamos em (12)<sup>57</sup>:

- (12) a. A afinação do piano em duas horas.  
 b. A acomodação dos hóspedes em duas horas.  
 c. A destruição da ponte em duas horas.

Cada uma das construções apresentadas em (12), pode ser parafraseada como em (13):

- (13) a. Alguém afinou o piano em duas horas.  
 b. Alguém acomodou os hóspedes em duas horas.  
 c. Alguém destruiu a ponte em duas horas.

Já para as outras três nominalizações, o julgamento não foi equivalente ao do grego. Ou seja, ao invés de receber interpretação de ‘tema’, o único sintagma genitivo realizado recebe uma leitura agentiva, como apresentado em (14):

- (14) a. A divulgação do Pedro em duas horas.  
 b. A elaboração do Pedro em duas horas.  
 c. A formulação do Pedro em duas horas.

Cada uma das construções apresentadas em (14) pode ser parafraseada como em (15):

- (15) a. O Pedro divulgou (algo) em duas horas.  
 b. O Pedro elaborou (algo) em duas horas.  
 c. O Pedro formulou (algo) em duas horas.

---

<sup>57</sup> Por questões de restrição pragmática, achamos conveniente mudarmos o sintagma [do Pedro], por outros que tivessem propriedades mais compatíveis às nominalizações formadas. Por isso que ao invés de ‘A afinação do Pedro em duas horas’, utilizamos ‘A afinação do piano em duas horas’, o mesmo acontecendo para as construções em (12 b-c).

Como pudemos perceber, foram poucos os casos em que, para uma leitura de processo, a interpretação do único sintagma genitivo presente na estrutura divergiu dos dados do grego. Entretanto, no que diz respeito ao contexto em que a leitura de resultado é favorecida, o que se verifica é mais expressivo.

Para a leitura de resultado<sup>58</sup>, percebemos que em alguns casos, a leitura extraída do único sintagma genitivo realizado é equivalente ao que ocorre no grego. Isto é, o argumento presente na estrutura recebe uma interpretação possuidor/agentiva, conforme podemos perceber em (16)<sup>59</sup>:

- (16) a. A animação [do Pedro<sub>agente</sub>] é interessante.  
 b. A composição [do Pedro<sub>agente</sub>] é interessante.  
 c. A elaboração [do Pedro<sub>agente</sub>] é interessante.  
 d. A formulação [do Pedro<sub>agente</sub>] é interessante.

Em dois casos, a interpretação do único argumento realizado foi exclusivamente de objeto afetado, divergindo dos dados do grego. É o que observamos em (17):

- (17) a. A coroação do Pedro é interessante.  
 b. A destruição da ponte é interessante<sup>60</sup>.

Por sua vez, para certo grupo de nominalizações, a leitura do único argumento realizado expressa uma ambiguidade, podendo ele ser entendido tanto como agente, quanto como objeto afetado, distanciando-se um tanto dos dados de língua grega, em que a leitura de 'objeto afetado' é bloqueada nesse contexto. Vejamos os dados apresentados em (18):

<sup>58</sup> Contexto: [ [nominalização [sintagma genitivo]] modificador aspectual de resultado]].

<sup>59</sup> Indicamos ao leitor as nominalizações: animação, comparação, composição, contestação, criação, declaração, esfregação, alimentação, elaboração, formulação.

<sup>60</sup> Nessa construção alteramos o sintagma [do Pedro] por [da ponte], a fim de evitar uma restrição pragmática, o custo disso é que, dadas suas propriedades, o sintagma [da ponte] só pode ser entendido como tema. Se mantivermos a construção como 'a destruição do Pedro é interessante' é possível que os julgamentos de aceitabilidade da construção diverjam entre os falantes. Neste caso, não descartamos a possibilidade de o argumento poder receber tanto uma interpretação agentiva, quanto de tema.

- (18) a. A aprovação do Pedro é interessante.  
 b. A arguição do Pedro é interessante.  
 c. A apresentação do Pedro é interessante.  
 d. A averiguação do Pedro é interessante.  
 e. A indicação do Pedro é interessante.  
 f. A administração do Pedro é interessante.  
 g. A descrição do Pedro é interessante.  
 h. A divulgação do Pedro é interessante.

Em nosso julgamento, para cada uma das construções em (18) pode-se entender que o argumento realizado ou sofre ou executa a ação, conforme parafraseado em (19):

- (19) a. Pedro aprovou algo/alguém e isso é interessante.  
 a'. Pedro foi aprovado e isso é interessante.  
 b. Pedro arguiu alguém e isso é interessante.  
 b'. Pedro sofreu arguição e isso é interessante.  
 c. Pedro apresentou algo/alguém e isso é interessante.  
 c'. Pedro foi apresentado e isso é interessante.<sup>61</sup>

A ambiguidade se mantém quando: (i) associamos as nominalizações ao predicado [superou as expectativas], somente; (ii) quando as associamos ao predicado [superou as expectativas] mais o modificador aspectual de processo ou de resultado e (iii) quando associadas, em alguns casos, aos dois modificadores concomitantemente. É o que verificamos em (20), (21) e (22)<sup>62</sup>:

- (20) a. A aprovação [do Pedro<sub>tema/agente</sub>] superou as expectativas.  
 b. A aprovação [do Pedro<sub>tema/agente</sub>] em duas horas superou as expectativas.  
 c. A aprovação [do Pedro] é interessante (e) supera as expectativas.

<sup>61</sup> As paráfrases se estendem para os demais exemplos.

<sup>62</sup> Para não ficar muito exaustiva essa apresentação, selecionamos apenas algumas nominalizações do conjunto para ilustrar a afirmação.

d. (\*) A aprovação [do Pedro] em duas horas é interessante.

- (21) a. A descrição [do Pedro<sub>tema/agente</sub>] superou as expectativas.  
 b.(?) A descrição [do Pedro<sub>?tema/agente</sub>] em duas horas superou as expectativas.  
 c. A descrição [do Pedro<sub>tema/agente</sub>] é interessante (e) supera as expectativas.  
 d. A descrição [do Pedro<sub>tema/agente</sub>] em duas horas é interessante.
- (22) a. A apresentação [do Pedro<sub>tema/agente</sub>] superou as expectativas.  
 b. A apresentação [do Pedro<sub>tema/agente</sub>] em duas horas superou as expectativas.  
 c. A apresentação [do Pedro<sub>tema/agente</sub>] é interessante (e) supera as expectativas.  
 d. A apresentação [do Pedro<sub>?tema/agente</sub>] em duas horas é 1 interessante.

O que verificamos nessa seção, portanto, é que a leitura do único argumento genitivo realizado na nominalização varia de acordo com o contexto de processo e resultado, ora se aproximando dos dados do grego, ora se distanciando deles. A aproximação ocorre, preferencialmente, naqueles ambientes em que a leitura de processo é favorecida, haja vista que do conjunto de nominalizações observadas, somente três delas, apresentadas em (14), tiveram seu argumento interpretado como 'agente' e não como 'objeto afetado' ou 'tema'. As diferenças mais expressivas foram encontradas nos contextos em que a leitura de resultado foi favorecida, sendo que em algumas formações, aquelas apresentadas em (18), o único sintagma genitivo realizado pode receber tanto uma leitura de agente/possuidor, aproximando-se do grego, quanto de 'objeto afetado' ou 'tema', o que não se verifica na língua grega, conforme verificado nos dados de (20) a (22). Passemos agora àquelas situações em que os dois argumentos da nominalização estão presentes, procurando perceber qual leitura eles podem manifestar.

#### 4.1.3 Possibilidades de leituras dos dois sintagmas genitivos realizados

Na seção anterior tratamos de problematizar as possíveis leituras do único argumento realizado na nominalização. Agora, vamos retomar as observações feitas por Alexiadou(2001) sobre os dados do grego, no que tange à realização dos dois argumentos do nominal formado oriundo de verbo transitivo.

Segundo a linguista, quando dois argumentos estão presentes em nominalizações como *katastrofi* ('destruição'), somente um deles pode portar o caso genitivo. Por outro lado, a presença de dois genitivos é possível em nomes como *metafrasi* ('tradução'), *perigrifi* ('descrição'). Assim, em nomes como *katastrofi*, o argumento 'agente' só pode ser introduzido por um *by-phrase*. Já nas formações em que dois genitivos são lícitos, o segundo será interpretado como possuidor. Para ilustrar a afirmação, a autora apresenta os exemplos aqui disponibilizados em (23) e (24):

(23) i katastrofi      tis polis      apo tus Italus  
 the destruction      the-city-gen      by the Italians  
 'the destruction of the city by the Italians'<sup>63</sup>

(24) i metafrasi      tis tragodias      tu Kakridi  
 the translation      the tragedy-gen      the Kakridis-gen  
 'Kakridis' translation of the tragedy'<sup>64</sup>

A formação em (23) mostra que o argumento agente só pode aparecer quando introduzido pela preposição 'apo' ('por'). Neste caso, 'apo tus Italus' necessariamente denota um agente. Por sua vez, em (24) temos a presença lícita de dois genitivos, contudo, o segundo denota um 'possuidor'.

Novamente, no caso do português, parece-nos que nem sempre, quando os dois argumentos são introduzidos pela preposição 'de', o segundo será interpretado como 'possuidor' (aquele a quem algo pertence), mas sim como agente. Para deixar mais claro o que pretendemos dizer, retomemos, primeiramente, os exemplos apresentados em (10 e-g) e aqui repetidos por conveniência em (25):

<sup>63</sup> 'A destruição da cidade pelos inimigos'. (Tradução nossa).

<sup>64</sup> 'A tradução de Kakridi da tragédia' ou 'A tradução da tragédia por Kakridis'. (Tradução nossa).

- (25) a. A apresentação do trabalho do Pedro superou as expectativas.  
 b. A apresentação do trabalho de linguística do Pedro superou as expectativas.  
 c. A apresentação do Pedro do trabalho de linguística superou as expectativas.

Como já dissemos antes, pode parecer para alguns falantes que, sem uma prosódia específica, a interpretação agentiva do sintagma [do Pedro] seja agramatical, talvez pela influência da análise do mesmo sintagma como modificador de ‘trabalho’ – [(d)o trabalho do Pedro] - entretanto, pensamos que a possibilidade da leitura agentiva do segundo argumento é razoável e fica mais clara conforme: (i) a quantidade de elementos presentes na estrutura, como observamos em (25 b); (ii) a colocação do sintagma [do Pedro] imediatamente após a nominalização, como visto em (25c); ou (iii) a presença de um contexto pragmaticamente ruim, em que dificilmente atribuiríamos a posse de ‘x’ a ‘y’. Foi o que apresentamos no capítulo 1 em (11) e aqui repetimos em (26):

- (26) A desarrumação da cozinha do bebê 1 é a pior

Pensamos que, sobretudo em (26), uma vez que dificilmente atribuiríamos uma cozinha a um bebê, fica evidente que o segundo argumento realizado não denota um possuidor, mas o agente da desarrumação, ao contrário do que acontece no grego e visto em (24).

Segundo Alexiadou (2001, p.77), em grego, dois genitivos são possíveis apenas com nomes do tipo ‘*perigrafi*’ (‘descrição’), em construções como (27):

- (27) *i perigrafi tu topiu tis Marias*

The description the landscape-gen the Mary-gen  
 ‘Mary’s description of the landscape’

Por outro lado, a possibilidade de um agente portando caso genitivo e coocorrendo com um ‘genitivo tema’ é descartada, independentemente da ordem em que eles apareçam, como podemos observar em (28):

- (28) a. \*i silipsi tu Jani tis astinomias  
           the capture the John-gen the police-gen  
       b. \*tis astinomias I silipsi tu Jani

Cabe-nos evidenciar que na terceira nota de rodapé do capítulo 3, a linguista afirma que, em estágios anteriores, era possível expressar o ‘agente’ por meio do genitivo no grego, tanto que dois genitivos eram incluídos dentro de um nominal derivado. Talvez seja isso que tenhamos em português brasileiro, o que precisaria ser investigado com mais cautela.

Por fim, o que gostaríamos de problematizar nessa seção é o fato de que, em alguns casos, e não necessariamente em contextos onde uma leitura de resultado é favorecida, parece-nos possível que dois genitivos coocorram nas nominalizações, sendo que um deles recebe leitura agentiva. Os exemplos relevantes foram expostos em (25) e (26). O fato de que no grego antigo construções como essas eram possíveis, sugere que não é absurdo pensarmos que no português brasileiro isso ainda ocorra, em determinadas formações.

Acreditamos que com a descrição empírica dos dados observados aqui realizada é possível, com mais contundência, defendermos que, em português brasileiro, o argumento agentivo de uma nominalização nem sempre aparece introduzido pela preposição ‘por’. Antes, esse argumento pode ser introduzido também pela preposição ‘de’, sendo bastante interessante o fato de que, quando os dois argumentos (agente e tema) da nominalização são realizados, ambos podem ser introduzidos pela preposição ‘de’, em determinados contextos, diferindo do que ocorre, por exemplo, no grego.

Agora, numa tentativa de exercitarmos a análise das estruturas das formações aqui discutidas, na próxima seção, retomaremos a proposta de Oliveira (2009), procurando explicitar o processo de derivação dessas nominalizações e seus argumentos.



## 4.2 ANÁLISE ESTRUTURAL: AS REPRESENTAÇÕES

Até o presente momento, procuramos fazer a descrição do fenômeno por nós estudado, evidenciando os contextos em que a leitura agentiva do argumento da nominalização se efetiva. Nesta segunda parte do capítulo 3, pretendemos explicitar o processo de derivação dessas formações, considerando a proposta feita por Oliveira (2009). Mais do que “resolver” a questão, nosso objetivo aqui é fazer o exercício das representações morfossintáticas das construções analisadas, chamando a atenção para o fato de que há muito ainda a ser por nós investigado.

A rigor, nossa proposta, ainda bastante incipiente, é bem simples: inspirados no trabalho de Oliveira (2009), pensamos que a leitura agentiva do argumento (ou de um deles) realizado na nominalização seja propiciada pela presença de um núcleo funcional que permite a projeção do agente. O núcleo em questão é ‘Voz’, que especifica a categoria sintática de agente a argumentos, licenciando uma posição de agente. Com isso, ao contrário de Harley e Noyer (1998), teremos que a interpretação de agente ou tema nos nominais estará também vinculada à questões estruturais, sendo que a determinação de uma ou outra leitura estará condicionada à sintaxe dessas formações e não à Enciclopédia apenas. Essa é uma tentativa de dar um tratamento mais formal à questão, enquanto não se tem ainda estudos mais precisos acerca da Enciclopédia e seus mecanismos.

Uma vez que para Oliveira (2009) o significado das palavras derivadas é obtido composicionalmente, isto é, “através da interação entre os traços semântico-aspectuais dos afixos e as propriedades semânticas das raízes”, para nós é importante identificar os traços aspectuais que coocorrem com o sufixo nominalizador ‘-ção’, e em seguida identificar a que classes de raízes nossas formações pertencem.

Quanto às raízes, no capítulo 2, ao apresentarmos a proposta de Oliveira (2009), já deixamos indicadas as classes que nos seriam relevantes, a saber, Raízes de Classe III, IV e V (Cf. seções 3.5.2.1; 3.5.2.2; 3.5.2.3). No que diz respeito aos traços aspectuais que co-ocorrem com o sufixo ‘-ção’, Oliveira (2009) não os discute em sua tese, visto que o sufixo –ção não estava no escopo de seu trabalho. Contudo, é em um artigo publicado em 2007, intitulado “Os sufixos nominalizadores –ção e –mento”, que a linguista indica que –ção se adjunge somente a temas

verbais (raiz + vogal temática), resultando nomes abstratos; tem um agente implicado por um evento de causa externa e é um morfema agentivo/causativo.

Considerando, portanto, os nominais por nós apresentados a qual classe de raízes eles pertencem? De acordo com suas características, temos que:

- a) são nominalizações derivadas da Classe de Raízes III<sup>65</sup>: *apresentação, averiguação, alimentação, acomodação, arguição, composição, comparação, contestação, declaração, descrição, divulgação, esfregação, indicação*<sup>66</sup>;
- b) são nominalizações derivadas da Classe de Raízes IV<sup>67</sup>: *aceleração, administração, aprovação, capacitação, configuração, coroação*;
- c) são nominalizações derivadas da Classe de Raízes V<sup>68</sup>: *afinação, criação, destruição, elaboração, encarnação, estruturação, formulação, invasão*.

Como visto anteriormente, dentre os afixos com os quais as raízes pertencentes a essas classes podem se adjungir temos: (a) afixo nominalizador com traço aspectual cursivo que expresse agentividade; (b) afixos com traço aspectual agentivo/habitual. Portanto, as raízes são compatíveis com o sufixo *-ção*, que porta os traços [+ agentivo, + causativo], conforme Oliveira (2007).

Com isso em mente, apresentamos a seguir as estruturas para as diferentes leituras das construções aqui investigadas, iniciando por aquelas que apresentam apenas um argumento realizado.

#### 4.2.1 Nominalizações com apenas um argumento realizado

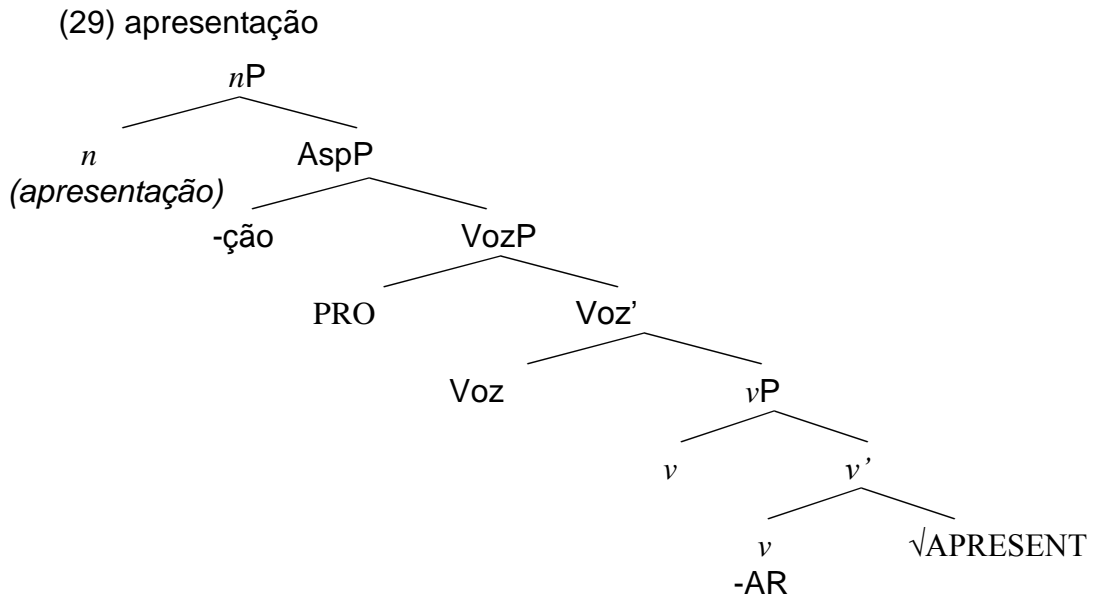
Iniciamos essa seção apresentando a derivação das nominalizações cujas raízes pertencem à Classe III. Assim, entendemos que a derivação do nominal *'apresentação'* (e daqueles que integram essa classe) pode ser representada como em (29):

<sup>65</sup> Raízes que expressam uma situação dinâmica que envolve um agente.

<sup>66</sup> Algumas dessas nominalizações constam também do *corpus* de Oliveira (2009), outras não.

<sup>67</sup> Incorporam a ideia de um agente/causador e referem-se a situações dinâmicas que têm duração interna, ou a situações habituais que se estendem no tempo.

<sup>68</sup> Denotam processos, quando derivam verbos, estes têm um objeto paciente que sofre uma mudança de estado e um agente causador da mudança no objeto.



Na representação em (29) temos que:

- 1) a raiz  $\sqrt{\text{APRESENT}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal -AR inserido no núcleo funcional verbalizador  $v$ , formando *apresentar*;
- 2) o item de vocabulário -ção, inserido no núcleo funcional ASP, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *apresentar*, que denota um modo de atividade<sup>69</sup>;
- 3) a forma *apresentar* se concatena com o morfema aspectual -ção, resultando no nome *apresentação*.

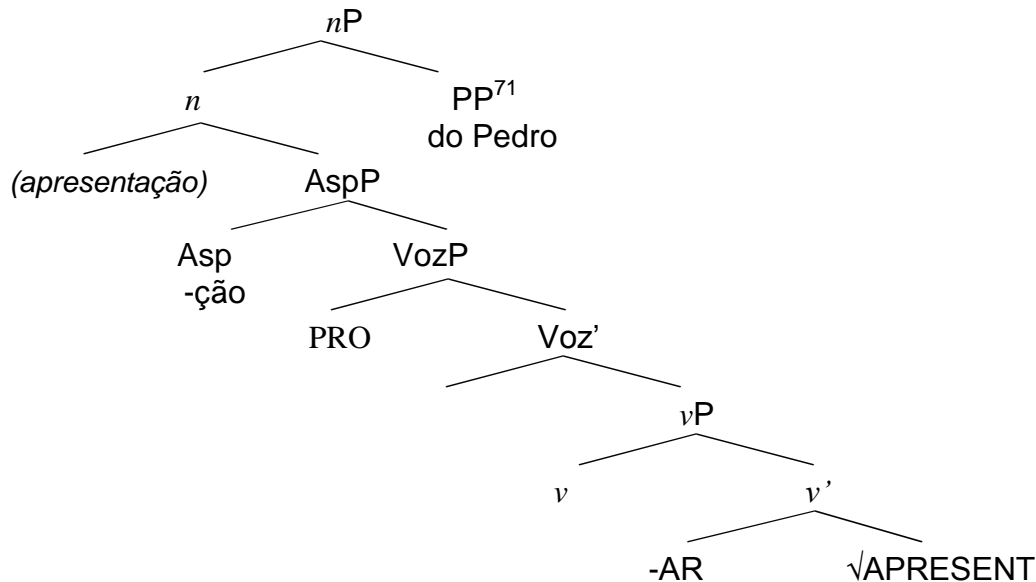
Na derivação, de acordo com a análise de Oliveira (2009, p.158), o núcleo aspectual Asp domina o sintagma verbal, dando-lhe a interpretação agentiva. “PRO especifica a categoria sintática de agente, que é quem representa a eventualidade denotada pelo verbo interno à derivação”, a saber, *apresentar*.

Em (29) tratamos de apresentar a derivação do nominal *apresentação* sem que seus argumentos estivessem realizados. Agora, vejamos como representamos a derivação da mesma nominalização tendo um argumento realizado, em formações como ‘*A apresentação do Pedro superou as expectativas*’ que, como dissemos, podem ser ambíguas entre uma leitura de tema ou agente.

<sup>69</sup> Semântica agentiva e argumento externo interpretado como agente.

No caso de o sintagma [do Pedro] ser interpretado como tema<sup>70</sup>, pensamos que a representação da estrutura é como verificada em (30):

(30) a apresentação do Pedro (tema)



1) a raiz  $\sqrt{\text{APRESENT}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal -AR inserido no núcleo funcional verbalizador *v*, formando *apresentar*;

2) o item de vocabulário -ção, inserido no núcleo funcional *AsP*, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *apresentar*, que denota um modo de atividade;

3) a forma *apresentar* se concatena com o morfema aspectual -ção, resultando no nome *apresentação*;

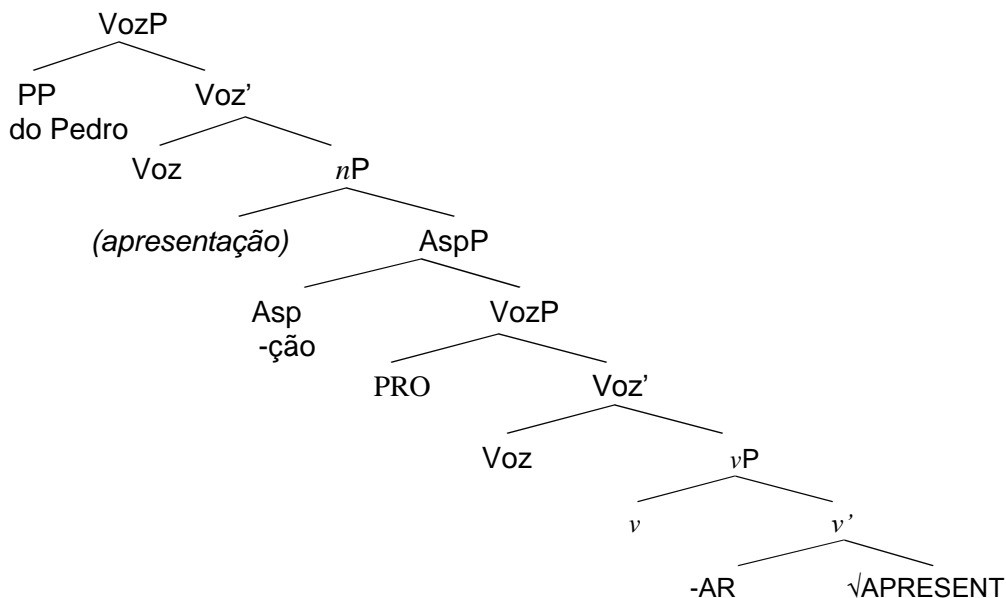
<sup>70</sup> Como vimos no capítulo 1 (3a), uma paráfrase possível para essa interpretação é: Alguém apresentou o Pedro (e superou as expectativas).

<sup>71</sup> Gostaríamos de deixar claro que o estabelecimento da posição do argumento como irmão de *n*, da forma como apresentamos, é apenas um exercício. Para certificarmos dessa representação, pretendemos fazer uma investigação mais detalhada sobre a questão em trabalhos posteriores.

4) o argumento [do Pedro] é inserido na derivação, introduzido pela preposição 'de', que lhe assegura a marcação de Caso<sup>72</sup>.

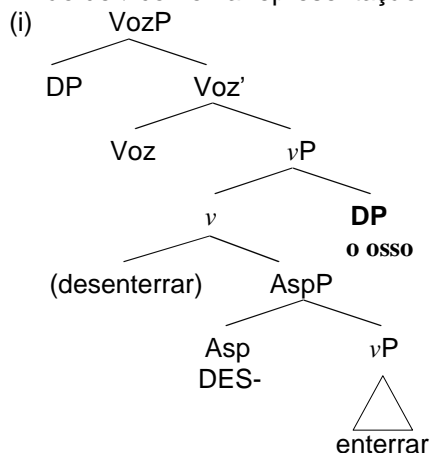
Para formações em que a leitura do argumento realizado é de agente, propomos que uma projeção de 'Voz' se concatene ao *nP* 'apresentação', dispensando uma projeção para abrigar o argumento, como mostra a estrutura em (31):

(31) a apresentação do Pedro (agente)



1) a raiz  $\sqrt{\text{APRESENT}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal *-AR* inserido no núcleo funcional verbalizador  $v$ , formando *apresentar*;

<sup>72</sup> Em sua tese, Oliveira (2009) não trabalha com os argumentos das nominalizações quando trata dos sufixos nominalizadores. Já na derivação dos verbos, o argumento interno é alocado na posição de irmão de  $v$  como na representação em (i):



2) o item de vocabulário *-ção*, inserido no núcleo funcional AspP, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *apresentar*, que denota um modo de atividade;

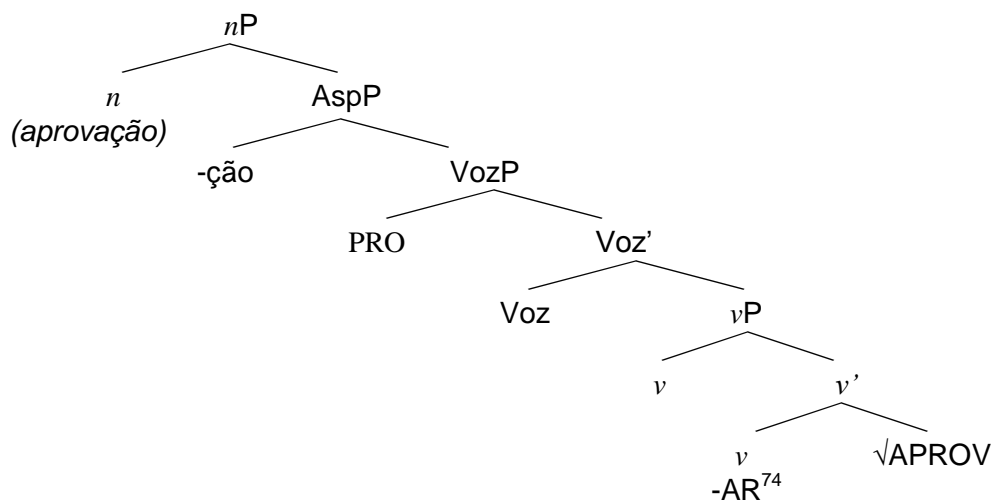
3) a forma *apresentar* se concatena com o morfema aspectual *-ção*, resultando no nome *apresentação*;

4) Voz se concatena à forma nominalizada ‘*apresentação*’, licenciando a possibilidade do argumento externo. Assim, o argumento [do Pedro] é inserido na derivação no especificador de VozP, introduzido pela preposição ‘*de*’.

Sabemos que a representação por nós apresentada precisa ser muito refinada ainda em seus detalhes mais técnicos, a começar, por exemplo, pelo especificador de VozP que, em (31), preferimos manter projetado à esquerda, ficando em aberto a questão de como ocorre a linearização da construção para ‘*apresentação do Pedro*<sup>73</sup>’. Entretanto, o que gostaríamos de evidenciar é a diferença entre (30) e (31) que, na nossa proposta inspirada na análise de Oliveira (2009), encontra justificativa na presença (ou ausência) de ‘Voz’, facultando as diferentes interpretações.

Passemos agora para as nominalizações que pertencem à Classe de Raízes IV. Assim, entendemos que a derivação do nominal ‘*aprovação*’, por exemplo, pode ser representada como em (32):

(32) *aprovação*



<sup>73</sup> Uma possibilidade para a linearização seria o alçamento de ‘*apresentação*’ para um núcleo de NP, acima de VozP, hipótese a ser investigada posteriormente.

<sup>74</sup> Segundo Ana Scher (em comunicação pessoal), versões mais recentes da teoria não colocam nessa posição a vogal temática. Como estamos seguindo a proposta de Oliveira (2009), optamos

1) a raiz  $\sqrt{\text{APROV}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal -AR inserido no núcleo funcional verbalizador  $v$ , formando *aprovar*;

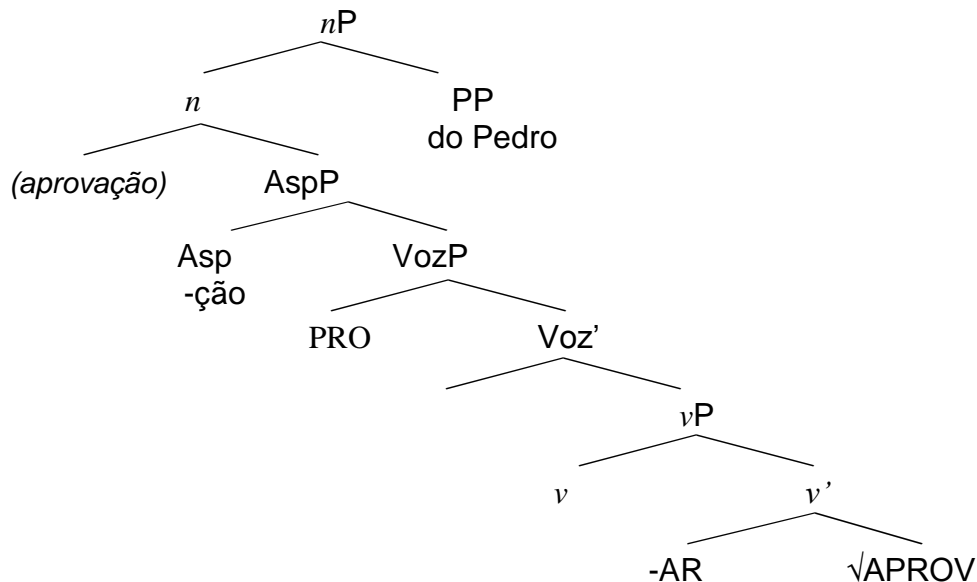
2) o item de vocabulário -ção, inserido no núcleo funcional ASP, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *aprovar*, que denota um processo;

3) a forma *aprovar* se concatena com o morfema aspectual -ção, resultando no nome *aprovação*.

Em (32) apresentamos a derivação do nominal *aprovação* sem que seus argumentos estivessem realizados. Agora, vejamos a derivação da mesma nominalização tendo um argumento realizado, em formações como ‘*A aprovação do Pedro superou as expectativas*’ que, como dissemos, também podem ser ambíguas entre uma leitura de tema ou agente.

Para a interpretação do sintagma [do Pedro] como tema, pensamos uma estrutura como em (33):

(33) a aprovação do Pedro (tema):




---

pela mesma representação que ela utiliza. Desdobramentos deste trabalho deverão aprofundar essa questão.

1) a raiz  $\sqrt{\text{APROV}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal -AR inserido no núcleo funcional verbalizador  $v$ , formando *aprovar*;

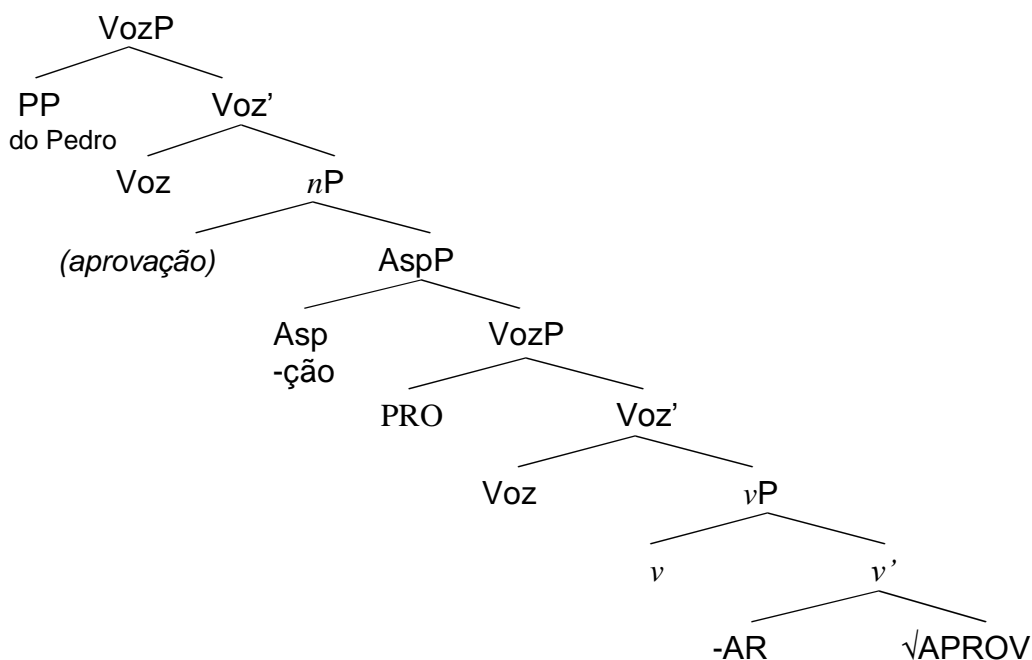
2) o item de vocabulário *-ção*, inserido no núcleo funcional Asp, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *aprovar*, que denota um processo;

3) a forma *aprovar* se concatena com o morfema aspectual *-ção*, resultando no nome *aprovação*;

4) o argumento [do Pedro] é inserido na derivação, introduzido pela preposição 'de', que lhe assegura a atribuição/marcação de Caso.

Para a leitura agentiva do argumento realizado propomos, como em (31), a projeção de 'Voz' concatenada ao nP 'aprovação', disponibilizando uma projeção para abrigar o argumento agente, como sugerido em (34):

(34) a aprovação do Pedro (agente)



1) a raiz  $\sqrt{\text{APROV}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal -AR inserido no núcleo funcional verbalizador  $v$ , formando *aprovar*;



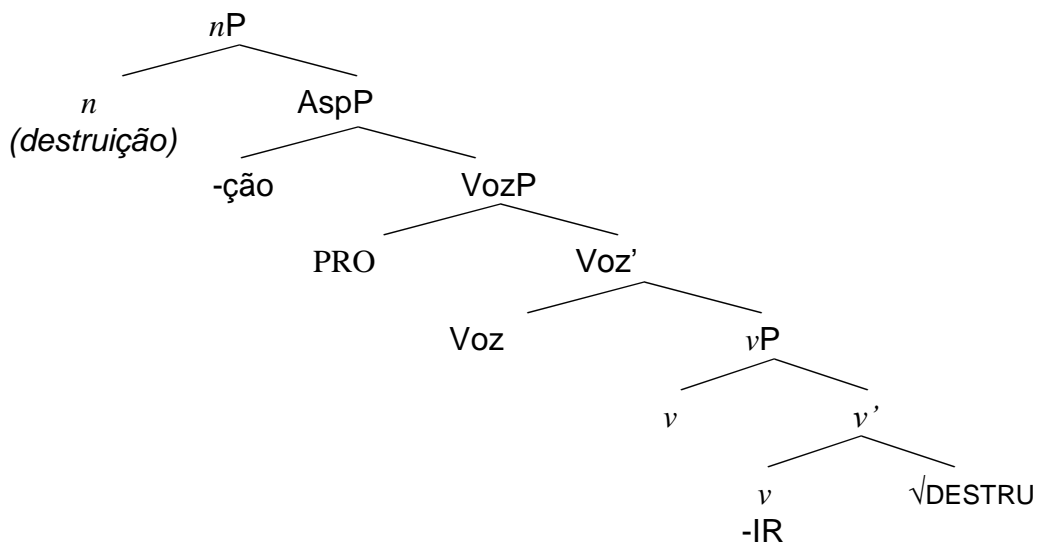
2) o item de vocabulário *-ção*, inserido no núcleo funcional AspP, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *aprovar*, que denota um processo;

3) a forma *aprovar* se concatena com o morfema aspectual *-ção*, resultando no nome *aprovação*;

4) Voz se concatena à forma nominalizada ‘*aprovação*’, licenciando a possibilidade do argumento externo. Assim, o argumento [do Pedro] é inserido na derivação no especificador de VozP, introduzido pela preposição ‘*de*’.

As últimas formações que serão tratadas pertencem à Classe de Raízes V, ou seja, aquelas que denotam eventos de criação, destruição ou tema incremental. Assim, pensamos que a derivação de ‘*destruição*’ pode ser representada como mostrado em (35):

(35) *destruição*



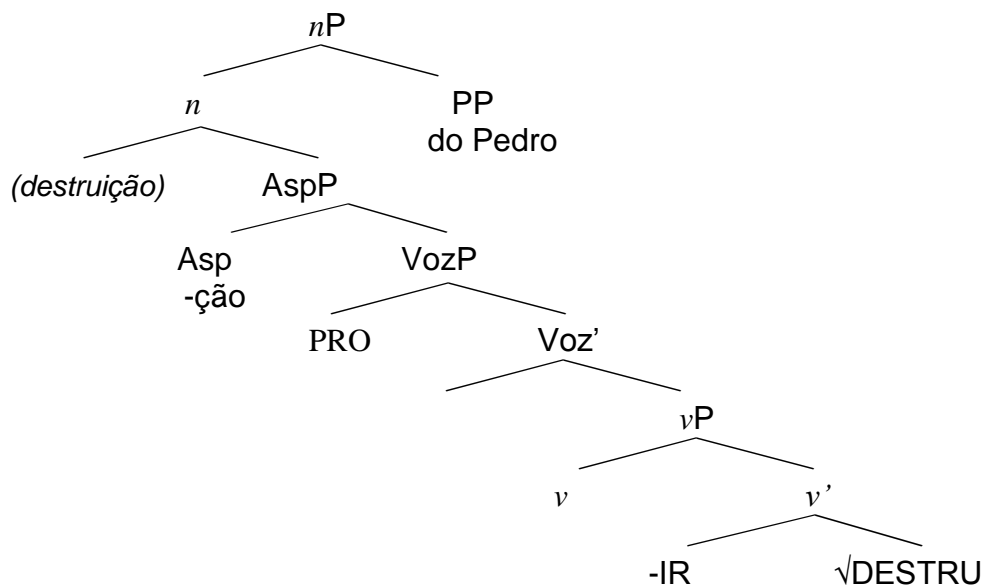
1) a raiz  $\sqrt{\text{DESTRU}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal -IR inserido no núcleo funcional verbalizador *v*, formando *destruir*;

2) o item de vocabulário *-ção*, inserido no núcleo funcional ASP, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *destruir*, que denota um evento de mudança de estado;

3) a forma *destruir* se concatena com o morfema aspectual *-ção*, resultando no nome *destruição*.

Para a discussão das formações em que apenas um dos argumentos é realizado na nominalização, como em ‘A *destruição do Pedro* superou as *expectativas*’, às quais pensamos existir a possibilidade tanto da leitura agentiva quanto de tema, especificaremos dois contextos, a fim de facilitar a compreensão da leitura relevante. Sendo assim, considerando por primeiro uma situação em que o argumento realizado recebe leitura de tema imaginemos o seguinte contexto: Pedro e Maria namoravam há algum tempo, mas ela se cansou do relacionamento e decidiu terminar. Pedro não esperava por isso e ficou muito mal. Ninguém se conformou com sua situação após o rompimento do namoro. Assim, ‘A *destruição do Pedro* superou as *expectativas*’. Entendemos que neste contexto, ‘Pedro’ é compreendido como o objeto afetado pela destruição e, neste caso, a representação que propomos é apresentada em (36):

(36) a destruição do Pedro (tema)



1) a raiz  $\sqrt{\text{DESTRU}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal -IR inserido no núcleo funcional verbalizador *v*, formando *destruir*;

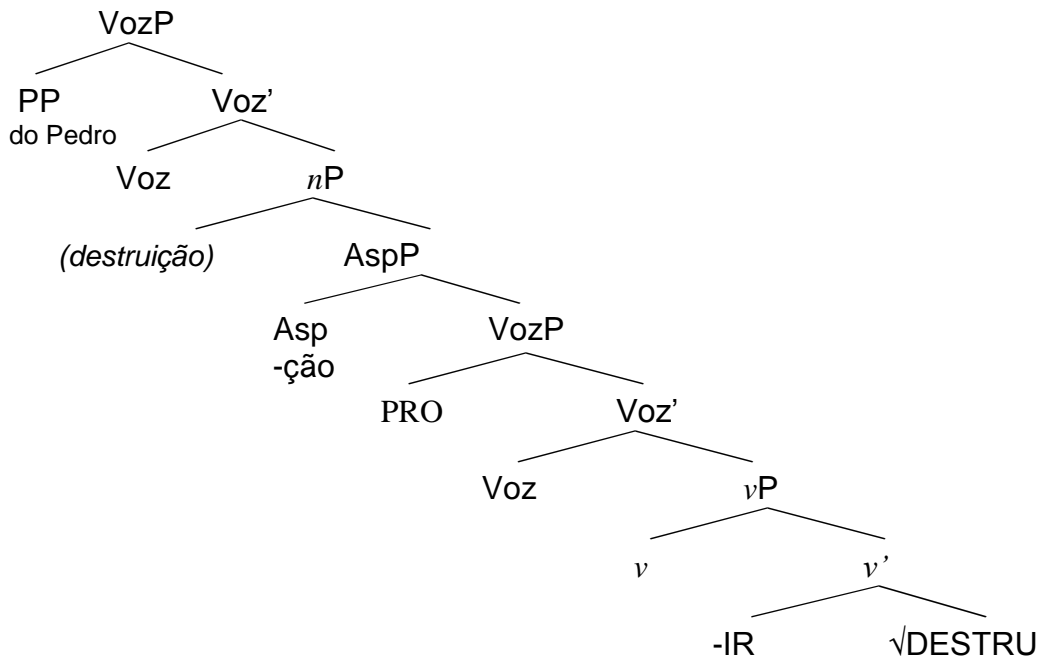
2) o item de vocabulário *-ção*, inserido no núcleo funcional AspP, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *destruir*, que denota uma mudança de estado;

3) a forma *destruir* se concatena com o morfema aspectual *-ção*, resultando no nome *destruição*;

4) o argumento [do Pedro] é inserido na derivação, introduzido pela preposição 'de', que lhe assegura a atribuição/marcação de Caso.

Para a leitura agentiva do argumento realizado, consideremos o seguinte contexto: João e Pedro são soldados e foram convocados para uma prova de aptidões físicas. O capitão solicitou que cada um deles destruísse uma parede no intervalo de meia hora. Ao final do teste, o capitão afirmou: "A destruição do Pedro superou as expectativas". Para este segundo caso, pensamos que a estrutura da derivação pode ser representada como proposta em (37):

(37) a destruição do Pedro (agente)



1) a raiz  $\sqrt{\text{DESTRU}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal *-IR* inserido no núcleo funcional verbalizador *v*, formando *destruir*;

2) o item de vocabulário *-ção*, inserido no núcleo funcional AsP, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *destruir*, que denota uma mudança de estado;

3) a forma *destruir* se concatena com o morfema aspectual *-ção*, resultando no nome *destruição*;

4) Voz se concatena à forma nominalizada ‘destruição’, licenciando a possibilidade do argumento externo. Assim, o argumento [do Pedro] é inserido na derivação no especificador de VozP, introduzido pela preposição ‘de’.

#### 4.2.1.1 Resumo da Seção

Essencialmente o que vimos nessa seção foi o processo de derivação das nominalizações em *-ção*, oriundas dos verbos transitivos, cujas raízes pertencem às Classes de Raízes III, IV e V, conforme proposto por Oliveira (2009). Vimos também representadas as estruturas propostas para o único argumento realizado tanto em uma leitura agentiva, quanto na tema. A proposta que fizemos é de que, quando o núcleo funcional ‘Voz’ está presente na estrutura dominando *nP*, a leitura que se depreende do argumento é de ‘agente’. Por sua vez, quando o núcleo ‘Voz’ só se faz presente na derivação do verbo interno à nominalização, a leitura de que dispomos do argumento realizado é de ‘tema’. Como dito anteriormente, temos claro que refinamentos ainda precisam ser realizados e investigados para a efetivação da proposta que, de forma alguma, pretende ser definitiva.

Passemos agora para a discussão da estrutura das nominalizações quando os dois argumentos estão presentes.

#### 4.2.2 Nominalizações com os dois argumentos realizados

Na seção 4.1.3 falamos um pouco sobre as formações que apresentam em sua estrutura os dois argumentos realizados e introduzidos pela preposição ‘de’, procurando deixar claro que pensamos ser possível em português brasileiro extrair a leitura agentiva de um deles, sem a necessidade de que o ‘agente’ seja antecedido pela preposição ‘por’.

Como vimos, e de acordo com Alexiadou (2001), esse tipo de formação em língua grega só é possível de acontecer com nomes do tipo *metafrasi* (‘tradução’) e

*perigrãfi* ('descriçãõ'), mas não como nomes do tipo *katastrofi* ('destruição'). Nos dados do português, por nós apresentados em (23) e (24), pudemos perceber algumas situações em que um dos argumentos recebe leitura agentiva. Na ocasião trabalhamos com os nominais 'apresentaçãõ' e 'desarrumaçãõ'. Alguém poderia então argumentar, embasado na distinçãõ feita por Alexiadou, que assim como *metafrasi* e *perigrãfi* sãõ nomes de resultado e, portanto, permitem a co-ocorrência dos dois genitivos, 'apresentaçãõ' e 'desarrumaçãõ' o seriam em português brasileiro. Entretanto, com base nessa mesma distinçãõ, o que poderia ser dito para a construçãõ em (36), tendo presente o seguinte contexto: 'Joãõ e Pedro sãõ soldados e estãõ passando por um teste de força que consiste em destruir, cada um, uma parede em um curto intervalo de tempo. Ao final do período estipulado o tenente afirma:

(38) A destruiçãõ da parede do Pedro superou as expectativas.

Em nosso julgamento, é possível que o sintagma [do Pedro] receba uma leitura agentiva, ainda que para alguns falantes a construçãõ em (38), com essa interpretaçãõ e isenta de uma prosódia específica, seja agramatical. Em todo caso, pensamos que a agentividade atestada, possa ocorrer devido ao fato de que, como demonstrado por Avelar (2004), a preposiçãõ 'de' no português brasileiro em contextos de modificaçãõ de nomes é desprovida de conteúdo semântico.

Em sua tese, o linguista trabalha com a adiunçãõ adnominal preposicionada, evidenciando que, diferentemente das preposições *em*, *com* e *para*, a preposiçãõ *de* "não exibe um conteúdo semântico claro quando introduz um complemento e apresenta um significado impreciso quando encabeça adjuntos adnominais". A afirmaçãõ é detalhada com uma sãrie de exemplos da qual destacamos alguns, apresentando-os em (39), (40) e (41):

(39) a. Todos os livros *da mochila* sãõ da Maria.

b. Todos os livros *na mochila* sãõ da Maria.

(40) a. Aqueles livros *da estante* foram todos emprestados.

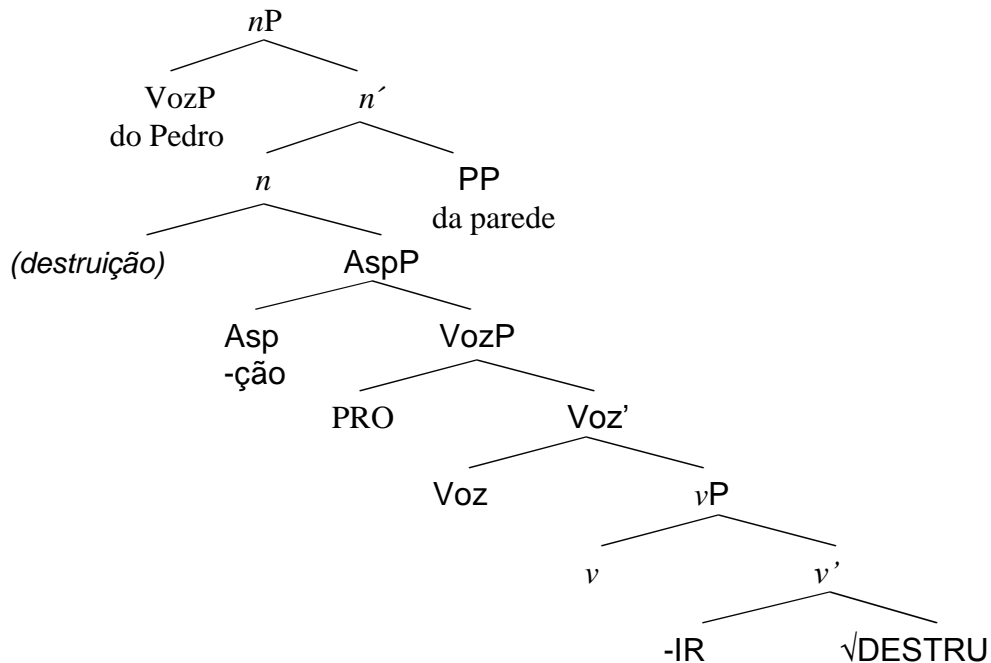
b. Aqueles livros *na estante* foram todos emprestados.

- (41) a. O presente *do Roberto* está escondido.  
 b. O presente *pro Roberto* está escondido.

Para Avelar (2006, p.13), “a ampla possibilidade de substituir a preposição *de* por formas com *em*, *com* e *para*, sem aparente prejuízo de sentido, revela a imprecisão de conteúdo semântico dessa preposição nos contextos em questão”. Visto que (25), (26) e (38) determinam contextos em que a imprecisão de significado da preposição ‘*de*’ se manifesta<sup>75</sup> (dado que ‘apresentação’, ‘desarrumação’ e ‘destruição’ são nomes), a substituição da preposição ‘*por*’ pela preposição ‘*de*’ indicando o agente, em alguns dialetos, é justificada<sup>76</sup>.

Isso posto, e considerando que a leitura agentiva dos argumentos está associada à presença de Voz no curso da derivação, de forma bastante rudimentar ainda, pensamos que (42) possa de alguma forma representar a estrutura de construções como (25), (26) e (38):

(42) a destruição da parede do Pedro



<sup>75</sup> Em sua argumentação, Avelar denomina a preposição ‘*de*’ como “item coringa”, que assim atua entre os casos de adjunção adnominal.

<sup>76</sup> O que vai ao encontro daquilo que alguns gramáticos, como Bechara citado na seção 2.2, afirmam quanto ao fato de a preposição ‘*de*’ poder ser introdutora de agentes da passiva.

- 1) a raiz  $\sqrt{\text{DESTRU}}$  entra na derivação e se concatena ao morfema verbal -IR inserido no núcleo funcional verbalizador  $v$ , formando *destruir*;
- 2) o item de vocabulário *-ção*, inserido no núcleo funcional AsP, carrega o traço [+ agentivo] e é semanticamente compatível com o traço semântico de *destruir*, que denota uma mudança de estado;
- 3) a forma *destruir* se concatena com o morfema aspectual *-ção*, resultando no nome *destruição*;
- 4) o argumento [da parede] é inserido na derivação, introduzido pela preposição 'de', que lhe assegura a atribuição/marcação de Caso;
- 5) Voz se concatena à forma nominalizada e já com o primeiro argumento realizado [destruição da parede], licenciando a possibilidade do argumento externo. Assim, o argumento [do Pedro] é inserido na derivação em VozP, introduzido pela preposição 'de', no especificador de nP.

Deixamos claro que a representação apresentada precisa ser bastante refinada sendo que, o mais importante para nós nesse momento, é a proposta da presença de Voz na derivação a possibilitar a leitura de agente do segundo argumento realizado. Deixamos os detalhes técnicos mais precisos para serem discutidos em trabalhos posteriores.

#### 4.2.2.1 Resumo da seção

Apresentamos nessa seção uma breve discussão acerca da possibilidade da leitura agentiva de um dos dois argumentos presentes na nominalização. Vimos que em contraste com os dados do grego, em português brasileiro é possível depreendermos leitura agentiva para um dos dois argumentos presentes na nominalização, mesmo em nominais como 'destruição'. Essa possibilidade pode ser atribuída, como sugerido em Avelar (2004) por uma imprecisão de significado da preposição 'de' em contextos nominais, que acaba funcionando como um 'item coringa', podendo, portanto, introduzir o agente no lugar da preposição 'por'. Propusemos, assim, uma estrutura para a derivação de construções quando isso acontece, vista em (42), evidenciando a presença do núcleo Voz como o dispensador dessa leitura, ficando em aberto, a discussão dos refinamentos mais técnicos acerca da representação proposta.

### 4.3 FINALIZANDO O CAPÍTULO

Ao longo deste capítulo realizamos mais especificamente a análise das formações nominalizadas que, tendo presente um ou dois argumentos realizados, permite: no primeiro caso a leitura tanto de agente quanto de tema para o argumento presente; e no segundo permite que um dos argumentos, mesmo sendo introduzido pela preposição 'de', receba uma leitura agentiva.

Assim sendo, na seção referente à descrição empírica, confrontando com os dados do grego estudados por Alexiadou (2001), procuramos deixar claros os contextos relevantes em que, no português brasileiro, o fenômeno ocorre. Nesse ponto, as construções por nós descritas não são verificadas da mesma forma que no grego.

Uma vez terminada a descrição empírica, procuramos exercitar a análise estrutural das nominalizações, pautando-nos na proposta de Oliveira (2009). Inspirados nesse trabalho, ao representar a derivação dos dados observados, propusemos que a ocorrência da leitura agentiva tanto do único argumento realizado, quanto de um dos argumentos realizados, se deve à presença o à ausência de um núcleo 'Voz' no decorrer da derivação. Quando presente na estrutura, esse núcleo funcional disponibiliza uma posição e assim viabiliza a leitura agentiva de um dos argumentos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adotando os princípios teóricos da Morfologia Distribuída, inicialmente desenvolvida por Halley e Marantz (1995) e Marantz (1997), nossa dissertação tratou de investigar a possibilidade da leitura agentiva do(s) argumento(s) realizado(s) nas nominalizações em *-ção*. Com nossa investigação pudemos desmistificar um pouco a ideia de que no português brasileiro o argumento agente sempre vem introduzido pela preposição ‘por’. Nossos dados mostraram que o ‘agente’ pode ser introduzido também pela preposição ‘de’. Sendo assim, constatamos que quando na nominalização apenas um argumento está realizado, não necessariamente ele receberá uma leitura de ‘tema’. Contrariando o que foi afirmado por Scher (2004) em sua tese de doutoramento, nossos dados evidenciaram que existem contextos em que há uma ambiguidade entre a interpretação de ‘tema’ e a de ‘agente’ do único argumento realizado.

Motivados por essa constatação, propusemos verificar também se a realização dos dois argumentos ‘agente’ e ‘tema’ podem ocorrer com a mesma preposição. A rigor, acredita-se que nesses contextos, o argumento agente só pode vir expresso pela preposição ‘por’, como ocorre nas construções passivas. Quanto a essa questão, vimos que no português brasileiro existe a possibilidade de se depreender a leitura agentiva de um dos argumentos realizados, quando introduzido pela preposição ‘de’. Apesar de bastante peculiar, procuramos defender essa possibilidade, mesmo sabendo não haver consenso quanto ao julgamento da gramaticalidade dessas formações entre os falantes.

A partir dessas observações e depois de realizada a revisão bibliográfica, decidimos por não pautar nossa explicação por meio da noção de agentividade enciclopédica proposta por David Embick, interessando-nos pela busca de uma explicação mais sintática e formal para o fenômeno observado. Sendo assim, fizemos a análise de nossos dados, considerando mais particularmente a proposta de Oliveira (2009).

Logo, para explicar a leitura agentiva do(s) argumento(s) realizado(s) nas nominalizações, propusemos que um núcleo funcional ‘Voz’ esteja presente no curso da derivação, disponibilizando sintaticamente uma posição que possibilita a

realização do argumento agente. Quando ‘Voz’ não está presente, a leitura que temos é de ‘tema’.

Quanto ao fato de esse agente poder ser introduzido pela preposição ‘de’, cogitamos a observação feita por Avelar (2006) no que tange às características bastante peculiares dessa preposição em relação à sua imprecisão semântica quando presente em contextos de modificação dos nomes.

Todavia, se por um lado a proposta da presença do núcleo ‘Voz’ justifica a leitura agentiva nas nominalizações, por outro abre portas para novos questionamentos, a saber:

- a) Qual o lugar efetivo de ‘Voz’ quando presente na estrutura do nome?
- b) Se ‘Voz’ possibilita a leitura agentiva, ao interagir com os traços semânticos do afixo (para o sufixo *-ção*: [+ agentivo]), não estaríamos diante de uma redundância desnecessária da agentividade?
- c) O núcleo de ‘Voz’ precisa de alguma realização que possa ser descrita empiricamente ou apenas uma evidência semântica já é suficiente para sua postulação?
- d) Como ocorre a linearização dos argumentos realizados na nominalização?

Somando-se a essas questões, pensamos que embora tenhamos discutido sobre a apreensão da leitura agentiva do(s) argumento(s) das nominalizações em *-ção*, inquieta-nos ainda saber em que medida o peso do constituinte influencia nisso, o que não chegamos a investigar precisamente aqui. Além disso, julgamos relevante averiguar de maneira mais efetiva com que frequência a preposição ‘de’ aparece introduzindo agentes da passiva no português brasileiro falado. Neste trabalho também não mencionamos nada sobre formações como “varreção”, “zoação”, “falação” que podem abrir portas para outros questionamentos. De igual maneira, seria interessante que esse olhar sobre a leitura agentiva do(s) argumento(s) fosse expandido para os outros tipos de nominalizações, a fim de averiguar se o fenômeno ocorre igualmente nelas e para que nossa cobertura empírica se torne mais ampla.

Dessa forma, pensamos que, longe de encerrarmos a discussão, nossa pesquisa instiga-nos a iniciarmos um aprofundamento dos pontos que já foram analisados, mas, sobretudo, daqueles que ficaram em aberto, embora pensemos

que tendo chegado ao “fim” deste trabalho, de alguma maneira já contribuimos para um maior conhecimento do português brasileiro, língua que, a nosso ver, carece de mais estudos a ela dedicados.

## REFERÊNCIAS

ALEXIADOU, A. **Fuctional Structure in Nominals: nominalization and ergativity**, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

AVELAR, J.O. de **Adjuntos Adnominais Preposicionados no Português Brasileiro**. 231f. Tese (Doutorado Linguística), UNICAMP, Campinas 2006.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARREIRA, M.B. **Nominais de verbos psicológicos: a alternância de ordem dos argumentos na nominalização e um caminho para explicação**. No prelo.

CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. Jacobs and Rosenbaun (eds.). **Readings in English Transformacional Grammar**. Ginn and Company Waltran Mass, 1970, p. 187-221.

\_\_\_\_\_, **The minimalist program**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995. Tradução de Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.

GRIMSHAW, J. **Argument Structure**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: Hale, K.; Kayser, S. (eds). **The View from Building 20**. MITPress, Cambridge; MA, p.111-176, 1993.

HARLEY, H. **Subjects, Events and Licensing**, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

HARLEY, H.; NOYER, R. Formal versus encyclopedic properties of vocabulary: evidence from nominalizations. In Bert Peeters (ed.) **The Lexicon-Encyclopedia Interface**, Elsevier Press, 2000.

JACKENDOFF, R. **X' Syntax: a study of phrase structure**. 50 ed. USA:MIT, 1977.

LEVIN, B.; HORAV M.R. **Unaccusativity**. Cambridge, Mass.: MIT Press.

MARANTZ, A. No scape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon, **University of Pennsylvania Working Papers**, p. 200-225.

MEDEIROS, A. B. **Traços morfossintáticos subespecificação morfológica na gramática do português: um estudo das formas participiais**. 299f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MINUSSI, R.D. **A relação entre Caso e definitude no hebraico: o Construct State e a marcação diferencial de objeto**. Dissertação de mestrado, USP, 2008.

MÜLLER, A. L. de P. **A gramática das formas possessivas no português do Brasil**. 1997. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística), UNICAMP, Campinas, 1997.

OLIVEIRA, D.C. de M. Nominalizações de evento/processo e nominalizações de resultado: diferenças estruturais. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, v.14, n.2, 2006. Disponível em:  
<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2434>

OLIVEIRA, S. M. Os sufixos nominalizadores -ção e -mento. **Estudos Linguísticos**, Araraquara, 2007a, n. 36, p. 87-96, v. 1.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da derivação prefixal e sufixal no português do Brasil**. 252f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHER, A. P. **As construções com o verbo leve “dar” e as nominalizações em –ada no português do Brasil**. 2004. 232f. Tese (Doutorado em Linguística), UNICAMP, Campinas, 2004.

SPENCER, A. **Morphological Theory**. Oxford: Blackwell, 1991.

VIEIRA, I. M. T. **As nominalizações deverbais em –da no português europeu**. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade do Porto, Lisboa, 2009.